

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	10
DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	11
Demonstração do Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
Balanço Patrimonial Passivo	14
Demonstração do Resultado	16
Demonstração do Resultado Abrangente	18
Demonstração do Fluxo de Caixa	19

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	20
DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	21
Demonstração do Valor Adicionado	22

Comentário do Desempenho	23
--------------------------	----

Notas Explicativas	25
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	77
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Negativa de Opinião	81
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	83
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	84
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	85

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	64.484
Preferenciais	88.177
Total	152.661
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	29/03/2012	Juros sobre Capital Próprio	30/04/2012	Ordinária		0,41890
Reunião do Conselho de Administração	29/03/2012	Juros sobre Capital Próprio	30/04/2012	Preferencial		0,41890
Reunião do Conselho de Administração	29/03/2012	Dividendo	30/04/2012	Ordinária		0,32969
Reunião do Conselho de Administração	29/03/2012	Dividendo	30/04/2012	Preferencial		0,32969
Reunião do Conselho de Administração	29/06/2012	Juros sobre Capital Próprio	27/07/2012	Ordinária		0,41890
Reunião do Conselho de Administração	29/06/2012	Juros sobre Capital Próprio	27/07/2012	Preferencial		0,41890
Reunião do Conselho de Administração	29/06/2012	Dividendo	27/07/2012	Ordinária		0,63572
Reunião do Conselho de Administração	29/06/2012	Dividendo	27/07/2012	Preferencial		0,63572

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	7.920.250	7.273.991
1.01	Ativo Circulante	1.929.341	1.737.605
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	448.452	151.021
1.01.03	Contas a Receber	1.293.399	1.449.016
1.01.03.01	Clientes	1.293.399	1.434.110
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	14.906
1.01.03.02.01	Valores a Receber - Sec. da Fazenda	0	14.906
1.01.04	Estoques	49.027	50.044
1.01.06	Tributos a Recuperar	10.478	7.840
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	10.478	7.840
1.01.06.01.01	Tributos e Contribuições a Compensar	10.478	7.840
1.01.07	Despesas Antecipadas	8.167	1.786
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	119.818	77.898
1.01.08.03	Outros	119.818	77.898
1.01.08.03.01	Crédito com controladas	245	3.291
1.01.08.03.02	Dividendos a receber	529	529
1.01.08.03.03	Instrumentos Derivativos Financeiros	32.154	0
1.01.08.03.04	Outros	86.890	74.078
1.02	Ativo Não Circulante	5.990.909	5.536.386
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.796.267	4.635.270
1.02.01.03	Contas a Receber	4.433.320	4.234.167
1.02.01.03.01	Clientes	3.498.528	3.423.417
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	934.792	810.750
1.02.01.04	Estoques	149.801	145.395
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	213.146	255.708
1.02.01.09.03	Benefício Fiscal do Ágio	97.455	119.079
1.02.01.09.04	Cauções e Depósitos Vinculados	67.839	61.886
1.02.01.09.05	Instrumentos Derivativos Financeiros	32.203	53.736
1.02.01.09.06	Outros	15.649	21.007
1.02.02	Investimentos	1.173.954	883.515
1.02.02.01	Participações Societárias	1.173.954	883.515
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.173.954	883.515
1.02.03	Imobilizado	11.434	8.655
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	11.434	8.655
1.02.04	Intangível	9.254	8.946
1.02.04.01	Intangíveis	9.254	8.946

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	7.920.250	7.273.991
2.01	Passivo Circulante	1.148.637	1.341.917
2.01.02	Fornecedores	41.581	48.781
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	41.581	48.781
2.01.03	Obrigações Fiscais	127.930	89.744
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	127.930	89.744
2.01.03.01.02	Tributos e encargos sociais a recolher	114.965	77.471
2.01.03.01.03	Impostos parcelados - Lei nº 11.941	12.965	12.273
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	890.677	861.689
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	713.409	693.472
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	578.674	692.677
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	134.735	795
2.01.04.02	Debêntures	177.268	168.217
2.01.05	Outras Obrigações	65.528	318.873
2.01.05.02	Outros	65.528	318.873
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	6.969	232.156
2.01.05.02.04	Valores a pagar - Fundação Cesp	5.989	6.244
2.01.05.02.05	Encargos Regulatórios a Recolher	32.468	27.497
2.01.05.02.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	7.108	27.226
2.01.05.02.07	Outros	12.994	25.750
2.01.06	Provisões	22.921	22.830
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	22.921	22.830
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	22.921	22.830
2.02	Passivo Não Circulante	1.889.945	1.392.640
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.541.424	1.042.869
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	435.210	653.233
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	261.009	372.835
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	174.201	280.398
2.02.01.02	Debêntures	1.106.214	389.636
2.02.02	Outras Obrigações	200.875	201.623
2.02.02.02	Outros	200.875	201.623
2.02.02.02.04	Obrigações Especiais	24.053	24.053
2.02.02.02.05	Impostos Parcelados - Lei nº 11.941	143.695	145.236
2.02.02.02.06	Encargos Regulatórios a Recolher	33.127	32.334
2.02.03	Tributos Diferidos	54.402	46.316
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	54.402	46.316
2.02.03.01.01	PIS e COFINS Diferidos	37.189	44.334
2.02.03.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	17.213	1.982
2.02.04	Provisões	93.244	101.832
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	93.244	101.832
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	5.001	7.608
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.525	1.439
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	82.095	87.795
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	4.623	3.347
2.02.04.01.05	ANEEL	0	1.643
2.03	Patrimônio Líquido	4.881.668	4.539.434

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.03.01	Capital Social Realizado	1.162.626	1.162.626
2.03.02	Reservas de Capital	2.202.947	2.202.947
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	147.912	147.912
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	666	666
2.03.02.07	Subvenções para investimento – CRC	1.264.084	1.264.084
2.03.02.08	Remuneração das imobilizações em curso	633.053	633.053
2.03.02.09	Doações e subvenções para investimentos	150.489	150.489
2.03.02.10	Incentivos fiscais FINAM	6.743	6.743
2.03.04	Reservas de Lucros	1.137.869	1.173.861
2.03.04.01	Reserva Legal	232.525	232.525
2.03.04.02	Reserva Estatutária	116.263	116.263
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	26.433	31.076
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	762.648	762.648
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	31.349
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	378.226	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	514.054	1.410.664	645.112	1.588.183
3.01.01	Receita Operacional Líquida	514.054	1.410.664	645.112	1.588.183
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-137.492	-376.621	-152.727	-428.758
3.02.01	Custo dos Serviços de Construção e Operação e Manutenção	-137.492	-376.621	-152.727	-428.758
3.03	Resultado Bruto	376.562	1.034.043	492.385	1.159.425
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	20.978	-16.833	22.879	-71.720
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-32.442	-102.599	-28.093	-97.399
3.04.02.01	Honorários da Administração	-1.401	-4.178	-1.295	-3.866
3.04.02.02	Outras Despesas Gerais e Administrativas	-31.041	-98.421	-26.798	-93.533
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	605	1.860	28.265	30.619
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-7.208	-28.390	-7.208	-50.153
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	60.023	112.296	29.915	45.213
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	397.540	1.017.210	515.264	1.087.705
3.06	Resultado Financeiro	-41.303	-139.110	-41.738	-108.149
3.06.01	Receitas Financeiras	15.891	85.390	32.256	42.976
3.06.02	Despesas Financeiras	-57.194	-224.500	-73.994	-151.125
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	356.237	878.100	473.526	979.556
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-114.907	-230.493	-128.663	-228.332
3.08.01	Corrente	-88.477	-215.262	-73.334	-190.956
3.08.02	Diferido	-26.430	-15.231	-55.329	-37.376
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	241.330	647.607	344.863	751.224
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	241.330	647.607	344.863	751.224
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,58082	4,24211	2,27139	4,94783
3.99.01.02	PN	1,58082	4,24211	2,27139	4,94783
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	1,55040	4,17119	2,22374	4,84950

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
3.99.02.02	PN	1,55040	4,17119	2,22374	4,84950

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	241.330	647.607	344.863	751.224
4.03	Resultado Abrangente do Período	241.330	647.607	344.863	751.224

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	651.328	597.038
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	703.886	956.670
6.01.01.01	Lucro do Período	647.607	751.224
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	3.495	4.708
6.01.01.03	PIS e COFINS Diferidos	-7.145	22.844
6.01.01.04	Imposto de Renda e CS Diferidos	15.231	37.376
6.01.01.05	Provisão para Contingências	-8.588	2.263
6.01.01.06	Valor Residual do Ativo Perm. Baixado	646	16
6.01.01.07	Amortização do Ágio	21.624	21.624
6.01.01.08	Juros e Var. Monet. e Cambial s/ Ativos e Passivos	145.141	135.172
6.01.01.09	Perda na variação de Participação em Controlada	0	28.490
6.01.01.10	Reversão da provisão perda em Controlada	-1.829	-1.834
6.01.01.11	Resultado da Equivalência Patrimonial	-112.296	-45.213
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-52.558	-359.632
6.01.02.01	Clientes	65.717	-274.792
6.01.02.02	Estoques	-3.389	-11.267
6.01.02.03	Valores a Receber - Secr. da Fazenda	-109.136	-87.849
6.01.02.04	Tributos e Contribuições a Compensar	-2.638	-1.016
6.01.02.05	Cauções e Depósitos Vinculados	-5.953	-12.610
6.01.02.06	Despesas Pagas Antecipadamente	-6.381	-4.491
6.01.02.07	Outros	-4.408	2.712
6.01.02.08	Fornecedores	-7.200	5.525
6.01.02.09	Tributos e Enc. Sociais a Recolher	37.494	9.102
6.01.02.10	Impostos Parcelados - Lei nº 11.941	-9.508	-6.545
6.01.02.11	Encargos Regulatórios a Recolher	5.764	5.077
6.01.02.12	Provisões	91	1.756
6.01.02.13	Valores a Pagar - Fundação CESP	-255	-991
6.01.02.14	Outros	-12.756	15.757
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-183.542	-298.284
6.02.01	Compras de Imobilizado	-4.282	-1.863
6.02.02	Intangível	-2.946	-2.138
6.02.03	Investimentos	-176.314	-294.283
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-170.355	-159.365
6.03.01	Adições de Empréstimos e Debêntures	1.100.000	684.830
6.03.02	Pagamento de Empréstimos e Debêntures (Inclui Juros)	-738.999	-187.034
6.03.03	Pagamento de Instrumentos Financeiros Derivativos	-798	0
6.03.04	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio Pagos	-530.558	-673.449
6.03.05	Integralização de Capital / Adto. Futuro Aumento Capital	0	16.288
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	297.431	139.389
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	151.021	40.334
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	448.452	179.723

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.162.626	2.202.947	1.173.861	0	0	4.539.434
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.162.626	2.202.947	1.173.861	0	0	4.539.434
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-31.349	-274.024	0	-305.373
5.04.06	Dividendos	0	0	-31.349	-147.382	0	-178.731
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-127.900	0	-127.900
5.04.08	Dividendos Prescritos	0	0	0	873	0	873
5.04.09	Juros sobre Capital Próprio Prescritos	0	0	0	385	0	385
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	647.607	0	647.607
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	647.607	0	647.607
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-4.643	4.643	0	0
5.06.04	Realização da Reserva de Lucros a Realizar	0	0	-4.643	4.643	0	0
5.07	Saldos Finais	1.162.626	2.202.947	1.137.869	378.226	0	4.881.668

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.119.911	2.231.779	1.212.145	0	0	4.563.835
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.119.911	2.231.779	1.212.145	0	0	4.563.835
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	16.288	-198.021	-522.061	0	-703.794
5.04.06	Dividendos	0	0	-198.021	-333.297	0	-531.318
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-190.382	0	-190.382
5.04.08	Dividendos Prescritos	0	0	0	1.140	0	1.140
5.04.09	Juros sobre Capital Próprio Prescritos	0	0	0	478	0	478
5.04.10	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	16.288	0	0	0	16.288
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	751.224	0	751.224
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	751.224	0	751.224
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-1.687	1.687	0	0
5.06.04	Realização de Reserva de Lucros a Realizar	0	0	-1.687	1.687	0	0
5.07	Saldos Finais	1.119.911	2.248.067	1.012.437	230.850	0	4.611.265

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
7.01	Receitas	1.629.247	1.835.563
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.627.387	1.804.944
7.01.02	Outras Receitas	1.860	30.619
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-300.231	-377.139
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-23.978	-16.217
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-276.253	-360.922
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.329.016	1.458.424
7.04	Retenções	-3.495	-4.708
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.495	-4.708
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.325.521	1.453.716
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	197.686	88.189
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	112.296	45.213
7.06.02	Receitas Financeiras	85.390	42.976
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.523.207	1.541.905
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.523.207	1.541.905
7.08.01	Pessoal	146.295	138.815
7.08.01.01	Remuneração Direta	111.345	106.696
7.08.01.02	Benefícios	27.165	24.651
7.08.01.03	F.G.T.S.	7.785	7.468
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	494.350	490.925
7.08.02.01	Federais	479.704	476.052
7.08.02.02	Estaduais	637	433
7.08.02.03	Municipais	14.009	14.440
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	234.955	160.941
7.08.03.01	Juros	224.409	151.066
7.08.03.02	Aluguéis	10.546	9.875
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	647.607	751.224
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	127.900	190.382
7.08.04.02	Dividendos	147.382	333.297
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	372.325	227.545

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	9.464.950	8.409.496
1.01	Ativo Circulante	2.115.158	1.837.765
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	479.855	207.295
1.01.03	Contas a Receber	1.432.417	1.489.700
1.01.03.01	Clientes	1.432.417	1.474.794
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	14.906
1.01.03.02.01	Valores a Receber - Sec. da Fazenda	0	14.906
1.01.04	Estoques	50.829	50.052
1.01.06	Tributos a Recuperar	15.330	11.326
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	15.330	11.326
1.01.06.01.01	Tributos e Contribuições a Compensar	15.330	11.326
1.01.07	Despesas Antecipadas	9.098	3.190
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	127.629	76.202
1.01.08.03	Outros	127.629	76.202
1.01.08.03.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	34.946	1.673
1.01.08.03.02	Outros	92.683	74.529
1.02	Ativo Não Circulante	7.349.792	6.571.731
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	7.328.807	6.553.949
1.02.01.03	Contas a Receber	6.953.496	6.145.777
1.02.01.03.01	Clientes	6.018.704	5.335.027
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	934.792	810.750
1.02.01.04	Estoques	149.801	145.395
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	225.510	262.777
1.02.01.09.03	Benefício Fiscal Ágio Incorporado	97.455	119.079
1.02.01.09.04	Cauções e Depósitos Vinculados	67.839	61.886
1.02.01.09.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	32.203	54.195
1.02.01.09.06	Outros	28.013	27.617
1.02.03	Imobilizado	11.645	8.784
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	11.645	8.784
1.02.04	Intangível	9.340	8.998
1.02.04.01	Intangíveis	9.340	8.998

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	9.464.950	8.409.496
2.01	Passivo Circulante	1.995.136	1.921.012
2.01.02	Fornecedores	67.285	83.056
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	67.285	83.056
2.01.03	Obrigações Fiscais	136.621	92.546
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	136.621	92.546
2.01.03.01.02	Tributos e encargos sociais a recolher	121.653	80.273
2.01.03.01.03	Impostos Parcelados - Lei nº 11.941	12.965	12.273
2.01.03.01.04	Parcelamento de ICMS	2.003	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.691.226	1.397.498
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.513.958	1.007.673
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.379.223	1.006.878
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	134.735	795
2.01.04.02	Debêntures	177.268	389.825
2.01.05	Outras Obrigações	76.080	324.635
2.01.05.02	Outros	76.080	324.635
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	6.969	232.156
2.01.05.02.04	Valores a Pagar - Fundação Cesp	5.989	6.244
2.01.05.02.05	Encargos regulatórios a recolher	34.670	28.824
2.01.05.02.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	7.108	27.226
2.01.05.02.07	Outros	21.344	30.185
2.01.06	Provisões	23.924	23.277
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	23.924	23.277
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	23.924	23.277
2.02	Passivo Não Circulante	2.588.146	1.949.050
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.914.257	1.373.900
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	808.043	984.264
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	633.842	703.866
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	174.201	280.398
2.02.01.02	Debêntures	1.106.214	389.636
2.02.02	Outras Obrigações	208.387	201.623
2.02.02.02	Outros	208.387	201.623
2.02.02.02.03	Obrigações Especias	24.053	24.053
2.02.02.02.04	Impostos Parcelados - Lei nº 11.941	143.695	145.236
2.02.02.02.05	Encargos Regulatórios a Recolher	33.127	32.334
2.02.02.02.07	Parcelamento ICMS	7.512	0
2.02.03	Tributos Diferidos	372.258	271.695
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	372.258	271.695
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	105.128	42.176
2.02.03.01.02	PIS e COFINS Diferidos	267.130	229.519
2.02.04	Provisões	93.244	101.832
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	93.244	101.832
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	5.001	7.608
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.525	1.439
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	82.095	87.795
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	4.623	3.347

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.02.04.01.05	ANEEL	0	1.643
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	4.881.668	4.539.434
2.03.01	Capital Social Realizado	1.162.626	1.162.626
2.03.02	Reservas de Capital	2.202.947	2.202.947
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	147.912	147.912
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	666	666
2.03.02.07	Subvenções para Investimento - CRC	1.264.084	1.264.084
2.03.02.08	Remuneração das Imobilizações em Curso	633.053	633.053
2.03.02.09	Doações e Subvenções para Investimentos	150.489	150.489
2.03.02.10	Incentivos Fiscais - FINAM	6.743	6.743
2.03.04	Reservas de Lucros	1.137.869	1.173.861
2.03.04.01	Reserva Legal	232.525	232.525
2.03.04.02	Reserva Estatutária	116.263	116.263
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	26.433	31.076
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	762.648	762.648
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	31.349
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	378.226	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	806.094	2.115.697	896.533	2.194.319
3.01.01	Receita Operacional Líquida	806.094	2.115.697	896.533	2.194.319
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-314.806	-848.133	-357.914	-933.512
3.02.01	Custo dos Serviços de Construção e Operação e Manutenção	-314.806	-848.133	-357.914	-933.512
3.03	Resultado Bruto	491.288	1.267.564	538.619	1.260.807
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-39.367	-137.875	-9.625	-124.926
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-32.807	-113.902	-30.767	-105.512
3.04.02.01	Honorários da Administração	-1.776	-5.359	-1.653	-4.826
3.04.02.02	Outras Despesas Gerais e Administrativas	-31.031	-108.543	-29.114	-100.686
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	648	4.417	28.350	30.740
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-7.208	-28.390	-7.208	-50.154
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	451.921	1.129.689	528.994	1.135.881
3.06	Resultado Financeiro	-62.879	-202.083	-40.522	-131.542
3.06.01	Receitas Financeiras	20.908	94.841	43.646	59.174
3.06.02	Despesas Financeiras	-83.787	-296.924	-84.168	-190.716
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	389.042	927.606	488.472	1.004.339
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-147.712	-279.999	-143.609	-253.115
3.08.01	Corrente	-89.422	-217.052	-73.799	-192.022
3.08.02	Diferido	-58.290	-62.947	-69.810	-61.093
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	241.330	647.607	344.863	751.224
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	241.330	647.607	344.863	751.224
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	241.330	647.607	344.863	751.224
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,58082	4,24211	2,27139	4,94783
3.99.01.02	PN	1,58082	4,24211	2,27139	4,94783
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	1,55040	4,17119	2,22374	4,84950

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
3.99.02.02	PN	1,55040	4,17119	2,22374	4,84950

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	241.330	647.607	344.863	751.224
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	241.330	647.607	344.863	751.224
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	241.330	647.607	344.863	751.224

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	203.798	67.979
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	968.101	1.104.594
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	647.607	751.224
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	3.517	4.733
6.01.01.03	PIS e COFINS Diferidos	37.611	82.300
6.01.01.04	Imposto de Renda e CS Diferidos	62.947	61.093
6.01.01.05	Provisão para Contingências	-8.563	2.295
6.01.01.06	Valor Residual Ativo Perm. Baixado	646	16
6.01.01.07	Amortização do Ágio	21.624	21.624
6.01.01.08	Juros e Var. Monet. e Cambial c/ Ativos e Passivos	204.541	154.653
6.01.01.09	Perda na Variação Participação em Controlada em Conjunto	0	28.490
6.01.01.10	Realização da perda em Controlada em Conjunto	-1.829	-1.834
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-764.303	-1.036.615
6.01.02.01	Clientes	-639.350	-918.394
6.01.02.02	Estoques	-5.183	-11.275
6.01.02.03	Valores a Receber - Secr. da Fazenda	-109.136	-87.849
6.01.02.04	Tributos e Contribuições a Compensar	-4.004	-1.986
6.01.02.05	Cauções e Depósitos Vinculados	-5.953	-12.610
6.01.02.06	Despesas Pagas Antecipadamente	-5.908	-4.183
6.01.02.07	Outros	-18.550	11.472
6.01.02.08	Fornecedores	-15.771	15.008
6.01.02.09	Tributos e Enc. Sociais a Recolher	41.380	10.494
6.01.02.10	Encargos Regulatórios a Recolher	6.639	5.683
6.01.02.11	Impostos Parcelados - Lei nº 11.941	-9.508	-6.545
6.01.02.12	Parcelamento ICMS	9.515	0
6.01.02.13	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	577
6.01.02.14	Provisões	622	1.932
6.01.02.15	Valores a Pagar - Fund. CESP	-255	-991
6.01.02.16	Outros	-8.841	-37.948
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-7.366	-17.154
6.02.01	Imobilizado	-4.386	-1.907
6.02.02	Intangível	-2.980	-2.138
6.02.03	Investimentos	0	-13.109
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	76.128	221.658
6.03.01	Adições de Empréstimos e Debêntures	1.618.583	1.209.561
6.03.02	Pagamento de Empréstimos e Debêntures (Inclui Juros)	-1.011.099	-330.742
6.03.03	Pagamento de Instrumentos Financeiros Derivativos	-798	0
6.03.04	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-530.558	-673.449
6.03.05	Integralização de Capital / Adto. Futuro Aumento Capital	0	16.288
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	272.560	272.483
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	207.295	54.983
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	479.855	327.466

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.162.626	2.202.947	1.173.861	0	0	4.539.434	0	4.539.434
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.162.626	2.202.947	1.173.861	0	0	4.539.434	0	4.539.434
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-31.349	-274.024	0	-305.373	0	-305.373
5.04.06	Dividendos	0	0	-31.349	-147.382	0	-178.731	0	-178.731
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-127.900	0	-127.900	0	-127.900
5.04.08	Dividendos Prescritos	0	0	0	873	0	873	0	873
5.04.09	Juros sobre o capital próprio prescritos	0	0	0	385	0	385	0	385
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	647.607	0	647.607	0	647.607
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	647.607	0	647.607	0	647.607
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-4.643	4.643	0	0	0	0
5.06.04	Realização da reserva de lucros a realizar	0	0	-4.643	4.643	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.162.626	2.202.947	1.137.869	378.226	0	4.881.668	0	4.881.668

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.119.911	2.231.779	1.212.145	0	0	4.563.835	0	4.563.835
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.119.911	2.231.779	1.212.145	0	0	4.563.835	0	4.563.835
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	16.288	-198.021	-522.061	0	-703.794	0	-703.794
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	-198.021	-333.297	0	-531.318	0	-531.318
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-190.382	0	-190.382	0	-190.382
5.04.08	Dividendos Prescritos	0	0	0	1.140	0	1.140	0	1.140
5.04.09	Juros sobre Capital Próprios Prescritos	0	0	0	478	0	478	0	478
5.04.10	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	16.288	0	0	0	16.288	0	16.288
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	751.224	0	751.224	0	751.224
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	751.224	0	751.224	0	751.224
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-1.687	1.687	0	0	0	0
5.06.04	Realização de Reserva de Lucros a Realizar	0	0	-1.687	1.687	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.119.911	2.248.067	1.012.437	230.850	0	4.611.265	0	4.611.265

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
7.01	Receitas	2.387.324	2.504.947
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.382.907	2.474.207
7.01.02	Outras Receitas	4.417	30.740
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-774.167	-885.853
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-27.015	-17.771
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-747.152	-868.082
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.613.157	1.619.094
7.04	Retenções	-3.517	-4.733
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.517	-4.733
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.609.640	1.614.361
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	94.841	59.174
7.06.02	Receitas Financeiras	94.841	59.174
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.704.481	1.673.535
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.704.481	1.673.535
7.08.01	Pessoal	153.262	142.332
7.08.01.01	Remuneração Direta	116.363	109.632
7.08.01.02	Benefícios	28.791	25.095
7.08.01.03	F.G.T.S.	8.108	7.605
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	595.531	579.397
7.08.02.01	Federais	581.106	564.490
7.08.02.02	Estaduais	383	466
7.08.02.03	Municipais	14.042	14.441
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	308.081	200.582
7.08.03.01	Juros	296.745	190.648
7.08.03.02	Aluguéis	11.336	9.934
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	647.607	751.224
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	127.900	190.382
7.08.04.02	Dividendos	147.382	333.297
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	372.325	227.545

Comentário do Desempenho

Análise do resultado consolidado do trimestre findo em 30 de setembro de 2012.

	Em milhares de reais				
	2012	%	2011	%	Variação 2012/2011
Receita operacional líquida	806.094	100	896.533	100	(10,1)
Custo dos Serviços de Construção e de Operação e Manutenção	(314.806)	39,1	(357.914)	39,9	(12,0)
Lucro Bruto	491.288	60,9	538.619	60,1	(8,8)
Despesas operacionais líquidas	(39.367)	4,9	(9.625)	10,6	309,0
Resultado financeiro	<u>(62.879)</u>	7,8	<u>(40.522)</u>	4,5	55,2
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	389.042	48,3	488.472	54,5	(20,4)
Imposto de renda e contribuição social	<u>(147.712)</u>	18,3	<u>(143.609)</u>	16,0	2,9
Lucro líquido do período	<u>241.330</u>	29,9	<u>344.863</u>	38,5	(30,0)

O **lucro bruto** consolidado apresentou redução de 8,8% no 3T12, em comparação ao 3T11, conforme detalhado a seguir:

A **receita operacional líquida** que teve uma redução de 10,1% no 3T12, é composta por variação de (i) redução de 16,8% das receitas de construção, (ii) aumento de 0,4% das receitas de operação e manutenção; (iii) redução de 8,7% das receitas financeiras, e (iv) redução de 7,9% de deduções da receita operacional.

- (i) As **receitas de construção** totalizaram R\$247.195 mil no 3T12, comparada com R\$297.171 mil no 3T11, impactadas positivamente pelo avanço das obras da IEMadeira e início das obras da IEGaranhuns; e negativamente pela entrada em operação das controladas Pinheiros e Serra do Japi, cujas obras foram concluídas no quarto trimestre de 2011 e primeiro trimestre de 2012, respectivamente. Na CTEEP a construção de obras de reforço e ampliação no 3T12 são de menor valor em relação ao 3T11.
- (ii) As **receitas de operação e manutenção** totalizaram R\$122.398 mil no 3T12, comparada com R\$121.956 mil no 3T11. A revisão tarifária para IEMG e a parcela de ajuste na IESul e Serra do Japi, impactaram negativamente a RAP, compensados pela variação positiva do IGPM/IPCA do ciclo da Receita Anual Permitida - RAP de 2011/2012 para 2012/2013.
- (iii) As **receitas financeiras**, oriundas dos contratos de concessão, somaram R\$528.809 mil no 3T12, comparada com R\$578.944 mil no 3T11, refletindo a variação do fluxo financeiro previsto para a realização dos valores de construção e indenização.
- (iv) As **deduções da receita operacional** atingiram R\$97.312 mil no 3T12 e R\$105.679 mil no 3T11, devido: (i) encargos regulatórios - aumento de 3,4%, decorrente, substancialmente, do CDE e PROINFA, devido ao consumo dos consumidores livres; (ii) tributos sobre a receita - redução de 14,0% em função da alteração na alíquota de PIS e COFINS diferidos das controladas IEMG e Serra do Japi, em decorrência da mudança do regime tributário de lucro real para lucro presumido.

Os **custos de construção e de operação e manutenção** tiveram redução de 12,0%, alcançando R\$314.806 mil no 3T12 frente aos R\$357.914 mil no 3T11. Essa variação decorre, substancialmente, do acréscimo dos custos de pessoal, dos custos de serviços de terceiros, combinado com a redução dos custos de materiais.

Comentário do Desempenho

Os custos de pessoal aumentaram em decorrência, substancialmente, do dissídio coletivo de 7,5%, concedido em julho de 2011 e aumento no quadro de pessoal.

A variação verificada em serviço de terceiros decorre, principalmente, do estágio avançado das obras da controlada IEMadeira. Na CTEEP a redução acompanha a variação da receita de construção.

A redução verificada em materiais decorre, principalmente, da entrada em operação da controlada Serra do Japi, cujas obras foram concluídas no primeiro trimestre de 2012.

As **despesas operacionais líquidas** tiveram um acréscimo significativo alcançando R\$39.367 mil no 3T12 comparada com R\$9.625 mil no 3T11. Essa variação decorre, substancialmente, do acréscimo das despesas de pessoal, das despesas de contingências e redução das outras receitas operacionais.

As despesas com contingências aumentaram, principalmente, pela revisão da expectativa de perda de alguns processos e aumento nos valores previstos para execuções judiciais.

A variação verificada em outras receitas operacionais decorre, substancialmente, da venda de terrenos reconhecida no 3T11, no montante de R\$26.427.

A margem **EBITDA** foi de 57,0%, totalizando R\$459.705 no 3T12 em comparação a 56,8%, R\$509.434 mil no 3T11.

O **resultado financeiro** atingiu despesa de R\$62.879 mil no 3T12 apresentando aumento de 55,2% em relação a R\$40.522 mil no 3T11 devido a maior alavancagem financeira. O saldo dos empréstimos e financiamentos em 30 de setembro de 2012 é de R\$3.605.483 em comparação a R\$2.494.102 em 30 de setembro de 2011.

As despesas com **imposto de renda e contribuição social** aumentaram 2,9% somando R\$147.712 mil no 3T12 contra R\$143.609 no 3T11. A taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social foi de 38,0% no 3T12, comparado com 29,4% no 3T11. As principais diferenças permanentes que justificam a variação entre a taxa efetiva e a taxa nominal são despesa de juros sobre capital próprio no 3T11 e perda por baixa de imobilizado.

Em decorrência dos fatores mencionados acima, o **lucro líquido** do 3T12 totalizou R\$241.330 mil, montante 30,0% inferior quando comparado a R\$344.863 mil no 3T11.

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional

1.1 Objeto social

A CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP” ou “Companhia”) é uma sociedade de capital aberto, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividades principais o planejamento, a construção e a operação de sistemas de transmissão de energia elétrica, bem como programas de pesquisa e desenvolvimento no que tange a transporte de energia e outras atividades correlatas à tecnologia disponível, sendo suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia é oriunda de cisão parcial da Companhia Energética de São Paulo (“CESP”), tendo iniciado suas operações comerciais em 01 de abril de 1999. Em 10 de novembro de 2001, incorporou a EPTE - Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica S.A. (“EPTE”), empresa oriunda da cisão parcial da Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A.

Em leilão de privatização realizado em 28 de junho de 2006, na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, nos termos do Edital SF/001/2006 o Governo do Estado de São Paulo, até então acionista majoritário, alienou 31.341.890.064 ações ordinárias de sua propriedade, correspondentes, a 50,10% das ações ordinárias de emissão da CTEEP. A empresa vencedora do leilão foi a Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P.

A liquidação financeira da operação realizou-se em 26 de julho de 2006 com a consequente transferência da titularidade das citadas ações à ISA Capital do Brasil S.A. (“ISA Capital”), sociedade brasileira controlada pela Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P. (“ISA”), sediada na Colômbia, constituída para operar no Brasil, que, dessa forma passou a ser a controladora da CTEEP. A referida operação teve anuência da ANEEL, em 25 de julho de 2006, conforme Resolução Autorizativa 642/06, publicada no Diário Oficial de 26 de julho de 2006.

As ações da Companhia são negociadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBovespa. Adicionalmente, a CTEEP possui programa de “American Depositary Receipts - ADRs” - Regra 144 A nos Estados Unidos. O depositário dos ADRs é o The Bank of New York, e o Banco Itaú S.A. é o custodiante.

Em setembro de 2002, a Companhia aderiu às práticas diferenciadas de Governança Corporativa – Nível 1, da BM&FBovespa. Os compromissos assumidos por conta da referida adesão garantem maior transparência da Companhia com o mercado, investidores e acionistas, facilitando o acompanhamento dos atos da Administração.

A Companhia tem suas ações preferenciais incluídas no Índice Ibovespa da BM&FBovespa e também integra o Índice de Governança Corporativa – IGC e o Índice de Energia Elétrica – IEE.

1.2 Concessões

A Companhia possui o direito de explorar, direta ou indiretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Concessionária	Contrato	Part (%)	Prazo (anos)	Vencimento	Revisão Tarifária Periódica		RAP em grau	Índice de correção	Receita Anual Permitida - RAP	
					Prazo	Próxima			R\$ mil	Mês Base
CTEEP	059/2001 (*)		20	07.07.15	4 anos	2013	Não	IGPM	2.113.952	06/12
CTEEP	143/2001		30	20.12.31	n/a	n/a	Sim	IGPM	15.934	06/12
IEMG	004/2007	100	30	23.04.37	5 anos	2017	Sim	IPCA	13.567	06/12
Pinheiros	012/2008	100	30	15.10.38	5 anos	2014	Não	IPCA	8.173	06/12
Pinheiros	015/2008	100	30	15.10.38	5 anos	2014	Não	IPCA	19.096	06/12
Pinheiros	018/2008	100	30	15.10.38	5 anos	2014	Não	IPCA	3.332	06/12
Pinheiros	021/2011	100	30	09.12.41	5 anos	2017	Não	IPCA	4.400	09/11 (**)
Serra do Japi	026/2009	100	30	18.11.39	5 anos	2015	Não	IPCA	25.102	06/12
IENNE	001/2008	25	30	16.03.38	5 anos	2013	Não	IPCA	41.893	06/12
IESul	013/2008	50	30	15.10.38	5 anos	2014	Não	IPCA	2.375	06/12
IESul	016/2008	50	30	15.10.38	5 anos	2014	Não	IPCA	8.406	06/12
IEMadeira	013/2009	51	30	25.02.39	5 anos	2014	Não	IPCA	218.933	06/12
IEMadeira	015/2009	51	30	25.02.39	5 anos	2014	Não	IPCA	184.866	06/12
IEGaranhuns	022/2011	51	30	09.12.41	5 anos	2017	Não	IPCA	68.900	09/11 (**)

Notas Explicativas

(*) O contrato de concessão nº 059 da CTEEP subdivide-se em: SE (Serviço Existente) referente às instalações energizadas até 31 de maio de 2000; e NI (Novos Investimentos) referente às instalações energizadas a partir de 1º de junho de 2001. As informações relativas à revisão tarifária periódica referem-se apenas ao contrato de concessão nº 059 NI.

(**) Conforme contrato de concessão a Receita Anual Permitida (RAP) será reajustada anualmente, após a entrada em operação do empreendimento. A controlada IEMadeira, por ter estimativa de entrada em operação no 1º trimestre de 2013 (lote D) e 2º trimestre de 2013 (lote F), passou a constar da RAP base 06/12, conforme a Resolução Homologatória nº 1.313 (nota 24.4).

Em decorrência da aquisição do controle acionário da CTEEP pela ISA Capital, ocorrida em 28 de junho de 2006, foi celebrado Termo Aditivo ao contrato de concessão 059/2001 - ANEEL da CTEEP, em 29 de janeiro de 2007, de modo a refletir essa realidade do novo controlador. Nesse aditivo, foram mantidas as condições pactuadas inicialmente e agregada cláusula definindo que o ágio pago no leilão, assim como as obrigações especiais e os valores decorrentes da Lei Estadual 4.819/58, previstos no Edital de Alienação SF/001/2006, não serão considerados pela ANEEL para efeito da avaliação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Ainda em decorrência desse aditivo, a ISA Capital e a ISA comprometem-se a fazer aportes de capital na CTEEP.

Todos os contratos de concessão acima prevêm o direito de indenização sobre os ativos relacionados à concessão no término de sua vigência.

Participação em leilões

(i) Leilão 001/2011

Em 10 de junho de 2011, através do leilão ANEEL nº 001/2011, em sessão pública realizada na BM&FBovespa, a CTEEP constituiu, juntamente com a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, o consórcio Extremoz, que arrematou o lote A, composto pelas LT Ceará-Mirim - João Câmara II, em 500 kV com 64 km; LT Ceará-Mirim - Campina Grande III, em 500 kV com 201 km; LT Ceará-Mirim - Extremoz II, em 230 kV com 26 km; LT Campina Grande III - Campina Grande II, com 8,5 km; SE João Câmara II 500 kV, SE Campina Grande III 500/230 kV e SE Ceará-Mirim 500/230 kV.

Este projeto tem investimento estimado em R\$622,0 milhões e RAP de R\$31,9 milhões, base junho de 2011. A participação acionária da Companhia no empreendimento é de 51%. A entrada em operação está prevista para agosto de 2013, e a Companhia está estudando a viabilização do projeto.

2 Apresentação das informações trimestrais

2.1 Bases de elaboração e apresentação

As informações trimestrais individuais, identificadas como “Controladora”, foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). Em conformidade com a legislação brasileira vigente, essas informações trimestrais individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto pelo método da equivalência patrimonial. Desta forma, essas informações trimestrais individuais não são consideradas como estando conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), que exigem a avaliação desses investimentos pelo seu valor justo ou pelo seu valor de custo.

As informações trimestrais consolidadas, identificadas como “Consolidado”, foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC e aprovadas pela CVM, que estão em conformidade com as IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

Exceto quanto ao resultado do período, a Companhia não possui outros resultados abrangentes.

Notas Explicativas

Conforme o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia declara que os julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas, bem como as principais práticas contábeis são as mesmas que as divulgadas nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2011. Portanto, as correspondentes informações devem ser lidas nas notas explicativas 2.3 e 3, daquelas demonstrações financeiras, exceto 3.3, no que tange as controladas Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A. (“IEMG”), que optou pelo regime do Lucro Presumido para apuração de imposto de renda e contribuição social para o exercício de 2012 e a Interligação Elétrica Serra do Japi S.A. (“Serra do Japi”), que em 2011 era considerada em fase pré-operacional para fins fiscais, entrou em operação em 2012 e optou pelo regime do Lucro Presumido.

As informações trimestrais, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo.

Os dados não financeiros incluídos nessas informações contábeis, tais como volumes de energia, previsões ou estimativas, seguros, dentre outros, não foram revisados pelos auditores independentes.

As informações trimestrais foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Diretoria Plena e Conselho de Administração em 09 de novembro de 2012.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

As informações trimestrais da controladora e de suas controladas, incluídas nas informações trimestrais consolidadas, são apresentadas em reais, a moeda do ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”).

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A Companhia declara que as informações sobre julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas descritas na nota 2.3 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2011 permanecem válidas para estas Informações Trimestrais - ITR.

2.4 Procedimentos de consolidação

As informações trimestrais consolidadas incluem as informações trimestrais da CTEEP, de suas controladas e de suas controladas em conjunto.

O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

As controladas e controladas em conjunto (*joint venture*) são consolidadas integral e proporcionalmente, respectivamente, a partir da data em que o controle, controle compartilhado, se inicia até a data em que deixa de existir.

Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, as participações nas controladas se apresentavam da seguinte forma:

	Data base das informações trimestrais	Participação %	
		30.09.2012	31.12.2011
Controladas			
Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A. (IEMG)	30.09.2012	100	100
Interligação Elétrica Pinheiros S.A. (Pinheiros)	30.09.2012	100	100
Interligação Elétrica Serra do Japi S.A. (Serra do Japi)	30.09.2012	100	100
Controladas em conjunto			
Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A. (IENNE)	30.09.2012	25	25
Interligação Elétrica do Sul S.A. (IESul)	30.09.2012	50	50
Interligação Elétrica do Madeira S.A. (IEMadeira)	30.09.2012	51	51
Interligação Elétrica Garanhuns S.A. (IEGaranhuns)	30.09.2012	51	51

Notas Explicativas

Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das informações trimestrais consolidadas:

- eliminação do patrimônio líquido das controladas;
- eliminação do resultado de equivalência patrimonial; e,
- eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e o exercício social dessas empresas coincide com o da controladora.

Não há participação de acionistas não controladores a serem destacados nas informações trimestrais consolidadas.

3 Principais práticas contábeis

A Companhia declara que as informações sobre principais práticas contábeis, permanecem válidas para estas Informações Trimestrais - ITR, estando o conteúdo dessas informações na nota explicativa 3 das demonstrações financeiras do exercício de 2011. Para o exercício 2012, as controladas IEMG e Serra do Japi optaram pelo regime do Lucro Presumido para apuração de imposto de renda e contribuição social e não mais como Lucro Real, como apurado e informado em 2011.

4 Normas e interpretações novas e revisadas e ainda não adotadas

Conforme mencionado na nota explicativa 4 das demonstrações financeiras do exercício de 2011, novos pronunciamentos, alterações nos pronunciamentos existentes e novas interpretações foram publicados e são obrigatórios para os exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2012 ou posteriores.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações relacionados às "IFRS" novas e revisadas apresentadas nesta nota explicativa. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Além daqueles pronunciamentos divulgados nas demonstrações financeiras do exercício de 2011, a CVM aprovou os seguintes pronunciamentos técnicos do CPC:

- CPC 18 R1 – Investimento em Controlada e em Coligada - Deliberação CVM nº 688 de 04 de outubro de 2012;
- CPC 40 R1 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação – Deliberação CVM nº 684 de 30 de agosto de 2012;
- ICPC 08 R1 – Contabilização da proposta de pagamento de dividendos – Deliberação CVM nº 683 de 30 de agosto de 2012;
- ICPC 09 R1 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial – Deliberação CVM nº 687 de 04 de outubro de 2012.
- CPC 17 R1 – Contratos de Construção – Deliberação CVM nº 691 de 08 de novembro de 2012.
- CPC 30 R1 – Receitas – Deliberação CVM nº 692 de 08 de novembro de 2012.
- CPC 35 R2 – Demonstrações Separadas - Deliberação CVM nº 693 de 08 de novembro de 2012

A Companhia e suas controladas não adotaram de forma antecipada tais alterações em suas informações trimestrais consolidadas de 30 de setembro de 2012 e não tiveram a oportunidade de avaliar possível impacto da adoção dessas alterações.

Notas Explicativas

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011
Caixa e bancos	206	830	435	1.876
Aplicações financeiras (i)	448.246	150.191	479.420	205.419
	448.452	151.021	479.855	207.295

(i) A composição das aplicações financeiras é como segue:

	% do CDI	Controladora		Consolidado	
		30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011
CDB	95,0% a 103,0%	201.162	21.047	232.336	50.146
Compromissada (*)	95,0% a 102,3%	247.084	129.144	247.084	155.273
		448.246	150.191	479.420	205.419

As aplicações financeiras estão mensuradas ao valor justo através do resultado e possuem liquidez diária.

A análise da administração da Companhia quanto à exposição desses ativos a riscos de taxas de juros, dentre outros, são divulgadas na nota explicativa 30 (c).

(*) As operações compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do banco, e de revenda pelo cliente, com taxas definidas, e prazos pré-determinados, lastreados por títulos privados ou públicos dependendo da disponibilidade do banco e são registradas na CETIP.

6 Contas a receber (ativo de concessão)

As contas a receber estão compostas como a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011
Contas a receber serviços de construção (a)	4.539.464	4.616.717	7.190.251	6.565.661
Contas a receber serviços de O&M (b)	252.463	240.810	260.870	244.160
	4.791.927	4.857.527	7.451.121	6.809.821
Circulante	1.293.399	1.434.110	1.432.417	1.474.794
Não circulante	3.498.528	3.423.417	6.018.704	5.335.027

(a) Refere-se ao valor a receber referente aos serviços de construção, ampliação e reforço das instalações de transmissão de energia elétrica e inclui a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão e ao qual a Companhia terá direito de receber caixa ou outro ativo financeiro, ao término da vigência do contrato de concessão. São remunerados pela taxa efetiva de juros apurada para cada contrato de concessão.

Notas Explicativas

- (b) O&M - Operação e Manutenção refere-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 60 dias.

Esses ativos financeiros estão classificados como empréstimos e recebíveis.

A Resolução Normativa ANEEL nº. 474 de 07 de fevereiro de 2012, estabeleceu novas taxas de depreciação anuais para ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2012. Com a adoção da Resolução ANEEL 474, a taxa média anual de depreciação dos ativos da Companhia passou de 2,72% para 2,86%. A Companhia, considerando as novas quotas periódicas de depreciação e a luz do IFRIC 12 e OCPC 5, realizou cálculos para determinar a nova estimativa de valor da indenização dos bens reversíveis ao término da vigência do contrato de concessão e do montante atribuível ao ativo financeiro, não resultando impactos relevantes.

As contas a receber estão assim distribuídas por vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011
A vencer	4.763.053	4.832.256	7.421.680	6.784.301
Vencidos				
até 30 dias	162	1.121	551	1.353
de 31 a 60 dias	196	581	219	598
há mais de 61 dias (i)	28.516	23.569	28.671	23.569
	28.874	25.271	29.441	25.520
	4.791.927	4.857.527	7.451.121	6.809.821

- (i) Alguns participantes do sistema questionaram judicialmente os saldos faturados referente à Rede Básica. Em virtude dessa discussão, são efetivados depósitos judiciais dos valores considerados devidos por estes participantes. A Companhia acredita que os valores faturados estão de acordo com as autorizações das entidades regulatórias e, desta maneira, não registra nenhuma provisão para perda relacionada a estas discussões.

A Companhia não apresenta histórico de perdas em contas a receber, que são garantidas por estruturas de fianças e/ou acessos a contas correntes operacionalizadas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) ou diretamente pela Companhia e, portanto, não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A movimentação do contas a receber é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31.12.2011	4.857.527	6.809.821
Receita de construção (nota 24.1)	117.561	689.104
Receita financeira (nota 24.1)	1.053.230	1.232.402
Receita de operação e manutenção (nota 24.1)	440.895	447.730
Liquidação	(1.677.286)	(1.727.936)
Saldos em 30.09.2012	4.791.927	7.451.121

Notas Explicativas**7 Valores a receber – Secretaria da Fazenda – controladora e consolidado**

	<u>30.09.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Contrato de reconhecimento e consolidação de obrigações (a)	-	12.341
Alienação de imóvel (b)	-	2.565
Processamento da folha de pagamento – Lei 4.819/58 (c)	746.496	658.764
Processos trabalhistas – Lei 4.819/58 (d)	188.296	151.986
Salário-família – Lei 4.819/58 (e)	2.218	2.218
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(2.218)</u>	<u>(2.218)</u>
	<u>934.792</u>	<u>825.656</u>

- (a) Em 02 de maio de 2002, foi assinado Instrumento de Reconhecimento e Consolidação de Obrigações, com a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, em que o Estado reconhece e confessa ser devedor à Companhia dos valores correspondentes aos desembolsos originalmente efetuados pela CESP, no período de 1990 a 1999, para pagamento de folhas de complementações de aposentadorias e pensões, decorrentes de benefícios nos termos da Lei Estadual 4.819/58, estando o montante então confessado atualizado até janeiro de 2002, de acordo com a variação da Unidade Fiscal do Estado de São Paulo - UFESP, e a partir de fevereiro de 2002, de acordo com a variação mensal do IGP-M, acrescida de 6% ao ano. O ressarcimento dar-se-ia em 120 parcelas mensais, tendo início em 01 de agosto de 2002 e término previsto para 01 de julho de 2012. As parcelas foram recebidas conforme previsto em julho de 2012.
- (b) Em 31 de julho de 2002, foi assinado Instrumento Particular de Transação, com promessa de alienação de imóvel, reconhecimento de obrigações e compromisso de pagamento, com a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, em que o Estado reconhece e confessa ser devedor à Companhia de montante correspondente ao valor de mercado da totalidade da área do imóvel ocupado pelo Estado, utilizado, parcialmente, para a construção de unidades prisionais. O Estado comprometeu-se, portanto, a ressarcir a Companhia do total mencionado em 120 parcelas mensais, tendo início em 01 de agosto de 2002 e término previsto para 01 de julho de 2012. As parcelas foram recebidas conforme previsto em julho de 2012.
- (c) Refere-se a valores a receber para liquidação de parcela da folha de pagamento do plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei Estadual 4.819/58, no período de janeiro de 2005 a setembro de 2012 (nota 34). Sobre esse saldo não é aplicada atualização monetária e não é registrado qualquer tipo de rendimento, até que sejam pagos pelo Governo do Estado. O aumento em relação ao ano anterior é decorrente do cumprimento de decisão na qual a CTEEP repassa os recursos mensalmente à Fundação CESP para pagamento aos aposentados.
- (d) Referem-se a determinadas ações trabalhistas quitadas pela Companhia, relativas aos empregados aposentados sob o amparo da Lei Estadual 4.819/58, que são de responsabilidade do Governo do Estado. Sobre esse saldo não é aplicada atualização monetária e não é registrado qualquer tipo de rendimento, até que sejam pagos pelo Governo do Estado.
- (e) A CESP efetuou adiantamentos para pagamento de despesas mensais referentes a salários-família, decorrentes dos benefícios da Lei Estadual 4.819/58, sendo transferidos à Companhia quando da cisão parcial da CESP. Considerando a expectativa de perda, a Administração constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa, no ativo não circulante, no montante de R\$2.218.

Não houve alterações significativas nos andamentos dos respectivos processos em relação a 31 de dezembro de 2011.

Notas Explicativas**8 Tributos e contribuições a compensar**

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011
Imposto de renda retido na fonte	6.621	5.530	10.629	8.517
Contribuição social retido na fonte	1.181	797	1.458	939
COFINS	892	877	1.204	1.016
PIS	266	275	334	305
Outros	1.518	361	1.705	549
	10.478	7.840	15.330	11.326

9 Benefício fiscal – ágio incorporado da controladora – controladora e consolidado

O ágio pago pela ISA Capital no processo de aquisição do controle acionário da CTEEP tem como fundamento econômico a perspectiva de resultados durante o prazo de exploração da concessão e tem origem na aquisição do direito de concessão delegado pelo Poder Público, nos termos da alínea b, do § 2º, do artigo 14 da Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996, com as alterações introduzidas pela Instrução CVM nº 285 de 31 de julho de 1998.

Com o objetivo de evitar que a amortização do ágio afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída uma Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (PMIPL) de sua incorporadora e Reserva Especial de Ágio na Incorporação (nota 23 (c)), de acordo com o estabelecido na Instrução CVM nº 349, de 06 de março de 2001.

A amortização do ágio, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, conseqüentemente, na base de cálculo dos dividendos.

O ágio, que em 31 de dezembro de 2007 totalizava R\$689.435, está sendo amortizado pelo período remanescente de exploração da concessão, em parcelas mensais e segundo a projeção de rentabilidade futura e, conforme autorizado por meio da Resolução ANEEL nº 1.164, de 18 de dezembro de 2007, está assim composta:

	Amortização - % a.a.		
	Contrato de concessão		
	Ano	059/2001	143/2001
2008 a 2012	12,20	0,10	12,30
2013 a 2015	12,73	0,02	12,75
2016 a 2031	-	0,25	0,25

Objetivando uma melhor apresentação da situação financeira e patrimonial da Companhia nas informações trimestrais, o valor líquido de R\$97.455 (R\$119.079 em 31 de dezembro de 2011), que, em essência, representa o crédito fiscal incorporado, foi classificado no balanço no ativo não circulante realizável a longo prazo como benefício fiscal ágio incorporado, com base na expectativa de sua realização.

A movimentação no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 é a seguinte:

	Ágio	Provisão	Líquido
Saldos em 31.12.2011	350.234	(231.155)	119.079
Realização no período (nota 27)	(63.600)	41.976	(21.624)
Saldos em 30.09.2012	286.634	(189.179)	97.455

Notas Explicativas

A amortização está registrada na demonstração do resultado, sob a rubrica outras despesas, líquidas.

10 Cauções e depósitos vinculados – controladora e consolidado

No ativo não circulante, tendo em vista as incertezas quanto ao desfecho das ações objeto de depósitos, a Companhia tem por procedimento mantê-los por seu valor nominal, não registrando nenhum tipo de atualização monetária ou rendimento. O saldo está composto da seguinte forma:

	<u>30.09.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Depósitos judiciais		
Trabalhistas (nota 20 (a) (i))	58.786	52.867
Previdenciárias – INSS (nota 20 (a) (iii))	1.226	2.745
Autuações – ANEEL (a)	7.827	6.076
Outros	-	198
	<u>67.839</u>	<u>61.886</u>

(a) Referem-se a depósitos com o objetivo de anular autuações da ANEEL:

- (i) Depósito efetuado em 17 de janeiro de 2000, no valor de R\$3.040, foi requerido em ação anulatória iniciada pela Companhia contra a ANEEL, decorrente de auto de infração 001/1999-SFE que impôs multa à Companhia sob alegação de prática de violações por dificultar o trabalho de fiscalização relacionado às perturbações decorrentes da interrupção da transmissão de energia elétrica em grande parte das Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste; não cumprir as determinações do “relatório de fiscalização”; e não cumprir a incumbência legal de prestar serviço adequado.
- (ii) Depósito efetuado em 29 de agosto de 2008, no valor de R\$2.139, com o objetivo de anular a autuação nº 062/2007 referente ao não cumprimento da data fixada para instalação do 3º banco de transformadores 345/88 kV da SE Baixada Santista, autorizado pela Resolução ANEEL nº 197 de 04/05/2004.
- (iii) Depósito efetuado em 17 de setembro de 2008, no valor de R\$544, com o objetivo de anular a autuação nº 001/2008 referente ao não cumprimento da data fixada para a entrada em operação da linha de transmissão, em 345 kV, Guarulhos - Anhanguera, autorizada pela Resolução Autorizativa nº 064/2005 de 31/01/2005.
- (iv) Depósito efetuado em 18 de abril de 2011, no valor de R\$353, com o objetivo de anular a autuação nº 022/10 que impôs multa à Companhia devido à fato ocorrido em 01 de abril de 2009, no setor de 88kV da SE Baixada Santista, consistente em um desligamento automático do banco de transformadores devido ao sobreaquecimento provocado pelo sistema de resfriamento da subestação que teria ocorrido por culpa da Companhia.
- (v) Depósito efetuado em 08 de março de 2012, no valor de R\$268, com o objetivo de anular a autuação nº 054/11, que refere-se ao descumprimento dos índices de indisponibilidade do sistema (função transmissão dos ativos da CTEEP, que ficaram indisponíveis, sem justificativa, por mais de um minuto).
- (vi) Depósito efetuado em 01 de julho de 2012, no valor de R\$1.483, com o objetivo de anular a autuação nº 065/11, que refere-se a perturbação ocorrida em 08 de fevereiro de 2011 na subestação Bandeirantes.

Notas Explicativas

11 Investimentos

(a) Informações sobre investimentos em controladas e controladas em conjunto

	Data base	Qtde. de ações ordinárias possuídas	Participação no capital integralizado - %	Capital integralizado	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Receita bruta	Lucro líquido
IEMG	30.09.2012	78.855.292	100,0	78.855	172.800	69.935	102.865	812	5.507
	31.12.2011	78.855.292	100,0	78.855	183.400	86.042	97.358	-	-
	30.09.2011	-	-	-	-	-	-	26.387	11.769
Pinheiros	30.09.2012	228.760.000	100,0	228.760	501.546	219.006	282.540	106.207	43.745
	31.12.2011	206.699.000	100,0	206.700	408.448	191.713	216.735	-	-
	30.09.2011	-	-	-	-	-	-	70.153	4.550
Serra do Japi	30.09.2012	86.268.000	100,0	86.268	221.657	114.233	107.424	38.193	16.424
	31.12.2011	75.448.000	100,0	75.448	200.612	120.432	80.180	-	-
	30.09.2011	-	-	-	-	-	-	130.893	2.460
IENNE	30.09.2012	81.821.000	25,0	327.284	735.941	350.795	385.146	52.221	16.217
	31.12.2011	81.554.000	25,0	326.214	711.800	343.941	367.859	-	-
	30.09.2011	-	-	-	-	-	-	87.735	30.414
IESul	30.09.2012	68.828.499	50,0	137.657	198.735	51.439	147.296	33.247	2.822
	31.12.2011	60.303.999	50,0	120.607	172.741	45.317	127.424	-	-
	30.09.2011	-	-	-	-	-	-	36.334	3.886
IEMadeira	30.09.2012	467.160.000	51,0	916.000	3.071.133	2.014.414	1.056.719	1.114.189	80.359
	31.12.2011	346.800.000	51,0	680.000	1.980.538	1.240.178	740.360	-	-
	30.09.2011	-	-	-	-	-	-	787.705	33.112
IEGaranhuns	30.09.2012	15.300.510	51,0	30.001	33.336	2.995	30.341	28.280	340
	31.12.2011	1.020.000	51,0	2.000	2.000	-	2.000	-	-
	30.09.2011	-	-	-	-	-	-	-	-

Notas Explicativas

(i) Controladas

Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A. (IEMG)

A IEMG foi constituída em 13 de dezembro de 2006, com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular a linha de transmissão em 500 kV Neves 1 – Mesquita (Minas Gerais), totalizando 172 km (Contrato de concessão nº 004/2007 – nota 1.2).

Em 2009, a IEMG recebeu autorização para operar comercialmente.

Em correspondência datada de 06 de agosto de 2010, a Cymi Holding S.A. notificou à CTEEP sua intenção em alienar, a um terceiro, pelo preço de R\$14.531 mil, sua participação correspondente a 40% do capital social da IEMG. Em reunião do Conselho de Administração da CTEEP realizada em 06 de setembro de 2010, foi aprovado o exercício do direito de preferência na compra de 40% das ações do capital social da IEMG detidos pela Cymi Holding S.A., nos termos e condições da oferta feita por terceiro.

Após o cumprimento de todas as condições suspensivas, em 03 de fevereiro de 2011, a CTEEP pagou, à vista, pela aquisição da participação na IEMG o valor de R\$15.283, correspondente ao preço ofertado atualizado monetariamente, apurando uma perda de R\$28.490, conforme divulgado na nota explicativa 11 (a), nas demonstrações financeiras do exercício de 2011. Como resultado dessa operação o saldo do investimento da Companhia na IEMG na data da transação passou a ser o valor justo, ou seja, R\$38.206, diferenciando-se do valor contábil do patrimônio líquido da IEMG.

Interligação Elétrica Pinheiros S.A. (Pinheiros)

A Pinheiros foi constituída em 22 de julho de 2008, com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular as linhas de transmissão e subestações arrematadas nos Lotes E, H e K do Leilão nº 004/2008 e Lote K do Leilão nº 004/2011 da ANEEL:

Lote	Composição	Tensão (kV)	Contrato de concessão (nota 1.2)
E	Linha de transmissão Interlagos – Piratininga II (SP)	345	012/2008
	Subestação Piratininga II (SP)	345/138/88	
H	Subestações Mirassol II, Getulina e Araras (SP)	440/138	015/2008
K	Subestação Atibaia II (SP)	345/138	018/2008
K	Subestação Itapeti (SP)	345/88	021/2011

O projeto dos lotes E, H e K do Leilão nº 004/2008 tem investimento estimado em R\$363,7 milhões e RAP de R\$30,6 milhões (nota 1.2). A subestação de Araras entrou em operação em 05 de setembro de 2010. A subestação Getulina entrou em operação em 10 de março de 2011, a subestação de Mirassol entrou em operação em 17 de abril de 2011. A subestação Piratininga II entrou em operação em 26 de dezembro de 2011. A subestação Atibaia II possui entrada em operação prevista para o 4º trimestre de 2012.

O projeto do lote K do leilão 004/2011, tem investimento estimado em R\$43,4 milhões e RAP de R\$4,4 milhões. A entrada em operação está prevista para agosto de 2013.

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A. (Serra do Japi)

A Serra do Japi foi constituída em 01 de julho de 2009, com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular as subestações Jandira e Salto arrematadas no Lote I do Leilão nº 001/2009 da ANEEL (Contrato de concessão nº 026/2009 – nota 1.2).

Em 2012, a Serra do Japi iniciou sua operação comercial (subestação Salto em janeiro de 2012 e subestação Jandira em março de 2012).

Notas Explicativas

(ii) Controladas em conjunto

O controle compartilhado destas controladas é previsto em acordo de acionistas.

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A. (IENNE)

A IENNE foi constituída em 03 de dezembro de 2007 com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular as linhas de transmissão Colinas (Tocantins) – Ribeiro Gonçalves (Piauí) e Ribeiro Gonçalves – São João do Piauí (Piauí), ambas em 500 kV, totalizando 720 km (Contrato de concessão nº 001/2008 – nota 1.2).

Em 2011, a IENNE recebeu autorização e iniciou a sua operação comercialmente.

Interligação Elétrica Sul S.A. (IESul)

A IESul foi constituída em 23 de julho de 2008 com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular as linhas de transmissão e subestações arrematadas nos Lotes F e I do Leilão nº 004/2008 da ANEEL:

Lote	Composição	Tensão (kV)	Contrato de concessão (nota 1.2)
F	Linha de transmissão Nova Santa Rita – Scharlau (RS)	230	013/2008
	Subestação Scharlau (RS)	230/138	
I	Linha de transmissão Joinville Norte (SC) – Curitiba C2 (PR)	230	016/2008
	Linha de transmissão Jorge Lacerda B – Siderópolis C3 (SC)	230	
	Subestação Forquilha (SC)	230/69	

Esse projeto tem investimento estimado em R\$195,2 milhões e RAP de R\$10,8 milhões (nota 1.2). A linha de transmissão Nova Santa Rita - Scharlau e a subestação Scharlau entraram em operação comercial em 06 de dezembro de 2010. A subestação Forquilha entrou em operação em 10 de outubro de 2011. A linha de transmissão Jorge Lacerda B - Siderópolis entrou em operação em 21 de agosto de 2012. A linha de transmissão Joinville Norte - Curitiba possui a entrada em operação prevista para ocorrer no 2º trimestre de 2013.

Interligação Elétrica do Madeira S.A. (IEMadeira)

A IEMadeira foi constituída em 18 de dezembro de 2008 com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular as linhas de transmissão e subestações arrematadas nos Lotes D e F do Leilão nº 007/2008 da ANEEL:

Lote	Descrição	Tensão (kV)	Contrato de concessão (nota 1.2)
D	Linha de transmissão Coletora Porto Velho – Araraquara 2, nº 01, Em CC, 2375 Km	500/600	013/2009
F	Estação retificadora nº 02 CA/CC, 3150 MW; Estação Inversora nº 02 CC/CA, 2950 MW	500/600	015/2009

Esse projeto tem investimento estimado em R\$3.570,0 milhões e RAP de R\$403,8 milhões (nota 1.2). A entrada em operação das respectivas instalações está prevista para ocorrer no 1º trimestre de 2013 (lote D) e 2º trimestre de 2013 (lote F).

Interligação Elétrica Garanhuns S.A. (IEGaranhuns)

A IEGaranhuns foi constituída em 07 de outubro de 2011 com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular as linhas de transmissão e subestações arrematadas no Lote L do Leilão nº 004/2011 da ANEEL:

Notas Explicativas

Lote	Descrição	Tensão (kV)	Contrato de concessão (nota 1.2)
L	Linha de transmissão Luiz Gonzaga – Garanhuns (AL, PE)	500	022/2011
	Linha de transmissão Garanhuns – Pau Ferro (PE)	500	
	Linha de transmissão Garanhuns – Campina Grande III (PE, PB)	500	
	Linha de transmissão Garanhuns – Angelim I (PE)	500	
	Subestação Garanhuns (PE)	500/230	
	Subestação Pau Ferro (PE)	500	

Este projeto tem investimento estimado em R\$653,0 milhões e RAP de R\$68,9 milhões, base setembro de 2011. A entrada em operação das respectivas instalações está prevista para o 2º trimestre de 2014.

(b) Movimentação dos investimentos

	Saldos em 31.12.2011	Integralização de capital	Equivalência Patrimonial	Realização da perda na aquisição de controle	Saldos em 30.09.2012
IEMG	52.319	-	5.507	1.829	59.655
Pinheiros	216.735	22.060	43.745	-	282.540
Serra do Japi	80.180	10.820	16.424	-	107.424
IENNE	91.965	268	4.053	-	96.286
IESul	63.712	8.525	1.411	-	73.648
IEMadeira	377.584	120.360	40.983	-	538.927
IEGaranhuns	1.020	14.281	173	-	15.474
	883.515	176.314	112.296	1.829	1.173.954

(c) Aquisição da empresa Evrecy Participações Ltda. (“Evrecy”).

Em 28 de maio de 2012, foi assinado contrato de compra e venda de cotas e outras avenças entre a Companhia e a EDP Energias do Brasil S.A. para aquisição de 100% das ações do capital social da Evrecy Participações Ltda. (“Evrecy”).

A Evrecy é uma empresa prestadora de serviços de transmissão de energia elétrica, cuja origem se deu a partir da cisão de ativos de geração e transmissão da Espírito Santo Centrais Elétricas – Escelsa em 2005, sendo detentora de 154 km de linhas de transmissão e de uma subestação, entre os estados de Espírito Santo e Minas Gerais. A receita anual prevista é de R\$9,4 milhões. O vencimento do contrato de concessão é em 17 de julho de 2025.

A Companhia pagará pela aquisição o valor de R\$58,4 milhões. Em 28 de maio de 2012 a Companhia efetuou a título de adiantamento o montante de R\$5.804 à EDP Energias do Brasil S.A., classificado à rubrica outros ativos circulantes no balanço patrimonial. Caso não se cumpram quaisquer das condições previstas no contrato de compra e venda de quotas, o adiantamento será devolvido à Companhia, corrigido pela taxa DI.

A operação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE em agosto de 2012 através do Ato de Concentração nº 08012.006560/2012-92. Porém, a conclusão da operação e efetiva aquisição das ações estará sujeita a aprovação pelos Órgãos da Administração de ambas as companhias e pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Desta forma, a Companhia ainda não procedeu aos registros contábeis dessa transação à luz do CPC 15 – Combinação de Negócios, que deverá ocorrer apenas após a aprovação dos órgãos reguladores.

Notas Explicativas**12 Imobilizado**

Refere-se, substancialmente, a bens móveis utilizados pela Companhia e não vinculados ao contrato de concessão.

			Controladora		
			30.09.2012	31.12.2011	Taxas médias anuais de depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido		-%
Máquinas e equipamentos	12.992	(5.090)	7.902	5.382	16,0%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.148	(3.148)	-	62	20,0%
Móveis e utensílios	2.753	(953)	1.800	1.635	10,0%
Veículos	1.258	(689)	569	733	21,0%
Outros	1.429	(266)	1.163	843	4,0%
	21.580	(10.146)	11.434	8.655	

			Consolidado		
			30.09.2012	31.12.2011	Taxas médias anuais de depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido		- %
Máquinas e equipamentos	13.111	(5.135)	7.976	5.436	16,0%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.148	(3.148)	-	62	20,0%
Móveis e utensílios	2.922	(985)	1.937	1.710	10,0%
Veículos	1.258	(689)	569	733	21,0%
Outros	1.429	(266)	1.163	843	4,0%
	21.868	(10.223)	11.645	8.784	

Notas Explicativas

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

	Controladora				
	Saldos em 31.12.2011	Adições	Depreciação (nota 25)	Baixas líquidas	Saldos em 30.09.2012
Máquinas e equipamentos	5.382	3.450	(504)	(426)	7.902
Benfeitorias em imóveis de terceiros	62	-	(62)	-	-
Móveis e utensílios	1.635	412	(120)	(127)	1.800
Veículos	733	-	(135)	(29)	569
Outros	843	420	(36)	(64)	1.163
	8.655	4.282	(857)	(646)	11.434
	Consolidado				
	Saldos em 31.12.2011	Adições	Depreciação (nota 25)	Baixas líquidas	Saldos em 30.09.2012
Máquinas e equipamentos	5.436	3.482	(516)	(426)	7.976
Benfeitorias em imóveis de terceiros	62	-	(62)	-	-
Móveis e utensílios	1.710	484	(130)	(127)	1.937
Veículos	733	-	(135)	(29)	569
Outros	843	420	(36)	(64)	1.163
	8.784	4.386	(879)	(646)	11.645

13 Intangível

Refere-se, substancialmente, aos gastos incorridos na implantação e atualização do ERP-SAP, amortizados linearmente, no prazo de 5 anos.

A movimentação do intangível, é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.2011	8.946	8.998
Adições	2.946	2.980
Amortização (nota 25)	(2.638)	(2.638)
Saldo em 30.09.2012	9.254	9.340

Notas Explicativas

14 Empréstimos e financiamentos

A composição dos saldos de empréstimos e financiamentos é como segue:

Moeda nacional	Encargos	Vencimento final	Controladora		Consolidado	
			30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011
BNDES (a) (i)	2,3% a.a. acima da TJLP	15.06.2015	257.957	328.318	257.957	328.318
BNDES (a) (ii)	1,8% a.a. acima da TJLP	15.06.2015	154.817	196.251	154.817	196.251
BNDES (a) (iii)	2,4% a.a. acima da TJLP	15.04.2023	-	-	53.772	57.631
BNDES (a) (iv)	2,8% a.a. acima da TJLP	15.01.2013	-	-	239.893	229.947
BNDES (a) (v)	2,8% a.a. acima da TJLP	15.01.2013	-	-	143.788	71.890
BNDES (a) (vi)	2,4% a.a. acima da TJLP	15.05.2025	-	-	4.771	5.328
BNDES (a) (vi)	5,5% a.a.	15.01.2021	-	-	4.715	4.240
BNDES (a) (vii)	2,6% a.a. acima da TJLP	15.05.2026	-	-	49.136	49.562
BNDES (a) (vii)	5,5% a.a.	15.01.2021	-	-	78.683	75.872
BNDES (a) (viii)	1,9% a.a. acima da TJLP	15.05.2026	-	-	50.725	48.282
BNDES (a) (viii)	1,5% a.a. acima da TJLP	15.05.2026	-	-	43.825	42.217
Notas Promissórias						
4ª emissão (b) (i)	CDI + 0,4% a.a.	12.01.2012	-	223.048	-	223.048
5ª emissão (b) (ii)	CDI + 0,4% a.a.	05.07.2012	-	316.885	-	316.885
6ª emissão (b) (iii)	104,9% CDI a.a.	05.01.2013	426.156	-	426.156	-
2ª emissão - IEMadeira (b) (iv)	106,5% CDI a.a.	24.10.2012	-	-	153.186	-
3ª emissão - IEMadeira (b) (v)	106,5% CDI a.a.	18.03.2013	-	-	219.893	-
Fundo Constitucional de						
financiamento do Norte (d)	10,0% a.a.	10.07.2032	-	-	69.911	-
Banco Bradesco (e)	CDI + 2,0% a.a.	-	-	-	-	4.365
Banco do Brasil (f)	CDI + 1,4% a.a.	-	-	-	6.233	-
Banco do Nordeste (g)	10,0% a.a.	19.05.2030	-	-	54.851	55.898
Eletrobras	8,0% a.a.	15.11.2021	353	391	353	391
Arrendamentos mercantis financeiros			400	619	400	619
Total em moeda nacional			839.683	1.065.512	2.013.065	1.710.744
Moeda estrangeira com contabilidade de cobertura (Hedge)						
CCB Internacional - Banco IBBA (c)						
(i)	Varição US\$ + 4% a.a.	26.04.2013	132.185	122.077	132.185	122.077
Commercial Paper - Banco JP Morgan						
(c) (ii)	Varição US\$ + 2,1% a.a.	21.10.2013	176.751	159.116	176.751	159.116
Total em moeda estrangeira			308.936	281.193	308.936	281.193
Total em moeda nacional e estrangeira			1.148.619	1.346.705	2.322.001	1.991.937
Circulante			713.409	693.472	1.513.958	1.007.673
Não circulante			435.210	653.233	808.043	984.264

(a) BNDES

- (i) Em 17 de setembro de 2007, a CTEEP assinou contrato de empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES no montante de R\$764,2 milhões, reduzido para R\$601,7 milhões em dezembro de 2008. O valor corresponde a 70,0% do investimento total realizado, que inclui obras de melhoria sistêmica, reforços, modernizações do sistema de transmissão existente e novos projetos, e é parte do Plano de Investimentos Plurianual 2006/2008, com amortização a partir de janeiro de 2009 em 78 parcelas mensais. Como garantia, a Companhia ofereceu fianças bancárias contratadas com vigência até 15 de dezembro de 2015, junto aos bancos Bradesco, Santander e Banco do Brasil, ao custo de 0,7% a.a., com vencimentos trimestrais. Os indicadores financeiros estabelecidos no contrato são: Dívida Líquida/EBITDA \leq 3,5 e Dívida Líquida/(Dívida Líquida + Patrimônio Líquido) \leq 0,6.

Notas Explicativas

- (ii) Em 18 de novembro de 2008, a CTEEP assinou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$329,1 milhões, com amortização a partir de janeiro de 2011 em 54 parcelas mensais, sendo que, até o início da amortização, os encargos foram pagos trimestralmente. Como garantia, a Companhia ofereceu fiança bancária contratada com vigência até 15 de junho de 2015 junto ao banco Bradesco S.A., ao custo de 1,2% a.a, com vencimentos trimestrais. Os indicadores financeiros estabelecidos no contrato são: Dívida líquida/EBITDA $\leq 3,5$ e Dívida Líquida/(Dívida Líquida + Patrimônio Líquido) $\leq 0,6$.
- (iii) Em 14 de janeiro de 2009, a controlada IEMG assinou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$70,6 milhões, cujo valor foi liberado em 27 de março de 2009. O recurso destina-se a financiar, aproximadamente, 50,0% da Linha de Transmissão (LT) entre as subestações Neves 1 e Mesquita, com amortização a partir de 15 de maio 2009, em 168 parcelas mensais. A fiança bancária foi dispensada pelo BNDES em 15 de março de 2011. A IEMG deverá manter, durante todo o período de amortização, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD de no mínimo 1,3, apurado anualmente.
- (iv) Em 11 de agosto de 2010, a controlada IEMadeira assinou contrato de empréstimo de curto prazo com o BNDES, nos valores de R\$292,6 e R\$108,7 milhões. Foram liberados R\$163,0, R\$110,0, R\$37,7, R\$36,7, R\$40,0 e R\$13,9 milhões em 30 de agosto, 26 de outubro, 24 de novembro e 27 de dezembro de 2010, 27 de junho e 14 de dezembro de 2011, respectivamente o total dos recursos. O recurso destina-se a financiar a construção das linhas de transmissão e subestações constantes nos contratos de concessão. A amortização, em parcela única juntamente com os encargos, foi prorrogada de 15 de janeiro de 2012 para 15 de julho de 2012. Em 04 de julho de 2012 o contrato foi novamente aditivado estendendo-se o vencimento para 15 de janeiro de 2013. Como garantia foi oferecida fiança bancária, junto aos bancos Itaú BBA e Santander, ao custo de 0,5% a.a. e junto ao banco HSBC ao custo de 0,4% a.a.
- (v) Em 14 de dezembro de 2011, a controlada IEMadeira assinou contrato de empréstimo de curto prazo com o BNDES, no valor de R\$280,0 milhões. Foram liberados R\$140,8, R\$101,0, R\$36,4 e R\$1,8 milhões em 29 de dezembro de 2011, 27 de janeiro, 27 de março e 15 de maio de 2012, respectivamente o total dos recursos. O recurso destina-se a financiar a construção das linhas de transmissão e subestações constantes nos contratos de concessão. A amortização em parcela única juntamente com os encargos foi prorrogada de 15 de julho de 2012 para 15 de janeiro de 2013. Como garantia foi oferecida fiança bancária junto ao Banco Itaú BBA e Bradesco, ao custo de 0,5% a.a.
- (vi) Em 21 de dezembro de 2010, a controlada IESul assinou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$18,1 milhões, cujo valor foi liberado em 24 de fevereiro de 2011. O recurso destina-se a financiar a construção das linhas de transmissão e subestações constantes nos contratos de concessão. A amortização é feita em 168 parcelas mensais a partir de 15 de junho de 2011. Como garantia foi oferecida fiança bancária contratada com vigência até 21 de dezembro de 2012, junto ao Banco do Brasil, ao custo de 0,9% a.a., com vencimentos semestrais. A IESul deverá manter durante todo o período de amortização e após a liberação das fianças o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD de no mínimo 1,3, apurado anualmente.
- (vii) Em 30 de dezembro de 2010, a controlada Pinheiros assinou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$119,9 milhões. Foram liberados R\$91,3 milhões e R\$28,6 milhões em 28 de janeiro e 27 de abril de 2011, respectivamente o total dos recursos. O recurso destina-se a financiar a construção das linhas de transmissão e subestações constantes nos contratos de concessão. A amortização é feita em 168 parcelas mensais a partir de 15 de setembro de 2011. Como garantia foi oferecida fiança bancária contratada com vigência até 17 de janeiro de 2013, junto ao Banco Bradesco S.A., ao custo de 0,4% a.a., com vencimentos trimestrais. A Pinheiros deverá manter, durante todo o período de amortização e após a liberação das fianças o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD de no mínimo 1,3, apurado anualmente.

Notas Explicativas

(viii) Em 28 de outubro de 2011, a controlada Serra do Japi assinou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$93,3 milhões. Foram liberados R\$75,0, R\$15,0 e R\$3,3 milhões em 18 de novembro e 12 de dezembro de 2011 e 27 de fevereiro de 2012, respectivamente o total dos recursos. O recurso destina-se a financiar as linhas de transmissão e subestações constantes no contrato de concessão. A amortização será em 168 parcelas mensais a partir de 15 de junho de 2012. Como garantia foi oferecida fiança bancária contratada com vigência até 28 de fevereiro de 2014, junto ao Banco Bradesco S.A., ao custo de 0,6% a.a. com vencimentos trimestrais. A Serra do Japi deverá manter, durante todo o período de amortização e após a liberação das fianças, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD de no mínimo 1,2 apurado anualmente.

(b) Notas promissórias

(i) Em 11 de janeiro de 2012, a CTEEP liquidou a 4ª emissão de notas promissórias.

(ii) Em 04 de julho de 2012, a CTEEP liquidou a 5ª emissão de notas promissórias.

(iii) Em 11 de janeiro de 2012, a CTEEP concluiu a 6ª emissão de notas promissórias no montante de R\$400,0 milhões e com vencimento em 05 de janeiro de 2013. Os custos de emissão dessas notas promissórias totalizaram R\$479 mil e, em conformidade com o CPC 08 (IAS 39), foram registrados deduzindo o valor de captação e são apropriados ao resultado no prazo da transação. Não foram oferecidas garantias para as notas promissórias.

(iv) Em 27 de abril de 2012, a controlada IEMadeira concluiu a 2ª emissão de notas promissórias no montante de R\$290,0 milhões, liquidadas em 24 de outubro de 2012 (nota 35). Os custos de emissão dessas notas promissórias totalizaram R\$247 mil e, em conformidade com o CPC 08 (IAS 39), foram registrados deduzindo o valor de captação e foram apropriados ao resultado no prazo da transação. Como garantia foi oferecida fiança corporativa dos acionistas estritamente na proporção de suas participações acionárias na IEMadeira.

(v) Em 17 de setembro de 2012, a controlada IEMadeira concluiu a 3ª emissão de notas promissórias no montante de R\$720,0 milhões e com vencimento em 18 de março de 2013. Foram liberados R\$430,0 milhões e R\$290,0 milhões em 17 de setembro e 24 de outubro de 2012, respectivamente (nota 35). Os custos de emissão dessas notas promissórias totalizaram R\$691 mil e, em conformidade com o CPC 08 (IAS 39), foram registrados deduzindo o valor de captação e são apropriados ao resultado no prazo da transação. Como garantia foi oferecida fiança corporativa dos acionistas estritamente na proporção de suas participações acionárias na IEMadeira.

(c) Moeda estrangeira com contabilidade de cobertura (*Hedge*)

(i) Em 20 de abril de 2011, a CTEEP assinou o contrato de cédula de crédito bancária internacional com o Banco Itaú BBA Nassau, no valor de USD 63.694.267,52 com a remuneração de variação cambial (VC) + 4% a.a. Adicionalmente houve a contratação de instrumento de *Swap* com o Banco Itaú BBA com o *Notional* de R\$100,0 milhões e o fator de correção a 103,50% do CDI. Os efeitos da contratação do instrumento estão descritos na nota 30. A operação tem o vencimento final em 26 de abril de 2013. O banco Itaú BBA possui como garantia, os direitos creditórios decorrentes de eventual saldo do ajuste positivo da operação de *Swap*.

(ii) Em 17 de outubro de 2011, a CTEEP assinou o contrato de empréstimo externo de longo prazo com o Banco JP Morgan Chase, no valor de USD 85.787.818,13 com vencimento em 21 de outubro de 2013 e remuneração de variação cambial (VC) + 2,1% a.a. Adicionalmente houve a contratação de *Swap* com o Banco JP Morgan e *Notional* no valor de R\$150,0 milhões e o fator de correção a 98,3% do CDI. Os efeitos da contratação do instrumento estão descritos na nota 30.

Notas Explicativas

- (d) Em 28 de junho de 2012, a controlada IEMadeira assinou contrato de financiamento de longo prazo, cédula de crédito bancária, com o Banco da Amazônia, no montante de R\$267,0 milhões. Foram liberados R\$137,1 milhões em 27 de agosto de 2012. Será aplicado bônus de adimplência de 15%, desde que as parcelas sejam pagas até as datas dos respectivos vencimentos estipulados em contrato. O financiamento, com recursos do FNO – Fundo Constitucional de Investimento do Norte, destina-se a financiar a construção das linhas de transmissão e subestações constantes nos contratos de concessão. A amortização é feita em 192 parcelas mensais a partir de setembro de 2016. Como garantia foi oferecida fiança bancária contratada com vigência até 19 de fevereiro de 2013, junto ao Banco Bradesco, ao custo de 0,4% a.a. Esta garantia será substituída por outras garantias de longo prazo, em contrato de compartilhamento de garantia, a ser firmado pela controlada IEMadeira, Banco da Amazônia S/A e BNDES.
- (e) Em 18 de janeiro de 2012 a controlada IENNE assinou contrato de conta garantida com limite de R\$20,0 milhões junto ao Banco Bradesco S.A, com vencimento em 18 de julho de 2012. Em 18 de julho de 2012 foi renovado contrato alterando a taxa para CDI + 1,7% a.a. e vencimento em 14 de janeiro de 2013. Em 31 de agosto de 2012 houve a liquidação antecipada do contrato.
- (f) Em 23 de julho de 2012, a controlada IENNE assinou contrato de conta garantida com limite de R\$30,0 milhões junto ao Banco do Brasil, com vencimento em 10 de novembro de 2012, prorrogável. Como garantia há fiança corporativa dos acionistas estritamente na proporção de suas participações acionárias na IENNE.
- (g) Em 19 de maio de 2010, a controlada IENNE assinou contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., no montante de R\$220,0 milhões, cujo valor foi liberado nas datas de 20 e 30 de julho, 03 de setembro e 11 de outubro de 2010. O recurso destina-se a financiar, aproximadamente, 40% da linha de transmissão, entre as subestações de Colinas do Tocantins a São João do Piauí. A amortização é feita em 216 parcelas mensais, sendo que a primeira parcela foi paga em junho de 2012, com o início da amortização, os encargos são pagos mensalmente. Será aplicado bônus de adimplência de 25% à parcela de crédito aplicada no semi-árido e bônus de adimplência de 15% à parcela fora do semi-árido, desde que, as prestações de juros ou principal e juros sejam pagas até as datas dos respectivos vencimentos estipulados em contrato. Como garantia foi oferecida fiança bancária contratada com vigência até 01 de junho de 2013, junto ao Banco do Brasil, ao custo de 0,4% a.a., com pagamentos trimestrais.

Todas as exigências e cláusulas restritivas (covenants) estabelecidas nos contratos estão sendo devidamente observadas e cumpridas pela Companhia e suas controladas até a presente data.

Os vencimentos das parcelas a longo prazo estão distribuídos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011
2013	211.459	429.482	218.917	451.771
2014	149.036	149.036	175.393	172.425
2015	74.521	74.521	101.417	98.201
2016	43	43	28.646	23.975
2017	42	42	31.766	24.215
Após 2017	109	109	251.904	213.677
	435.210	653.233	808.043	984.264

Notas Explicativas

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldos em 31.12.2011	1.346.705	1.991.937
Adições	400.000	918.583
Pagamentos (principal e juros)	(706.701)	(742.521)
Juros e variações monetárias e cambiais	108.615	154.002
Saldos em 30.09.2012	1.148.619	2.322.001

15 Debêntures

	Vencimento	Quan- tidade	Encargos	Controladora		Consolidado	
				30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011
1ª série	15.12.2014	49.100	CDI + 1,3% a.a.	501.485	490.736	501.485	490.736
2ª série	15.12.2017	5.760	IPCA + 8,1% a.a.	68.348	67.117	68.348	67.117
Série única CTEEP	02.07.2014	70.000	105,5% do CDI a.a.	713.649	-	713.649	-
Série única IEMadeira	15.09.2012	420	106,5 % do CDI a.a.	-	-	-	221.608
				<u>1.283.482</u>	<u>557.853</u>	<u>1.283.482</u>	<u>779.461</u>
Circulante				<u>177.268</u>	<u>168.217</u>	<u>177.268</u>	<u>389.825</u>
Não circulante				<u>1.106.214</u>	<u>389.636</u>	<u>1.106.214</u>	<u>389.636</u>

Em dezembro de 2009, a CTEEP emitiu 54.860 debêntures no montante total de R\$548,6 milhões, com entrada do recurso em janeiro de 2010. A 1ª série terá amortizações nas seguintes datas: 15 de dezembro de 2012, de 2013 e de 2014; e a remuneração será paga semestralmente, nos dias 15 de junho e 15 de dezembro de cada ano.

A 2ª série terá amortizações nas seguintes datas: 15 de junho de 2014, 15 de dezembro de 2015, de 2016 e de 2017; e a remuneração será paga nas seguintes datas: 15 de junho de 2012, de 2013, de 2014 e 15 de dezembro de 2015, de 2016 e de 2017.

Os indicadores financeiros estabelecidos no contrato são: Dívida Líquida/EBITDA \leq 3,5 e EBITDA/Resultado financeiro \geq 3,0.

Em setembro de 2011, a IEMadeira emitiu 420 debêntures no montante total de R\$420,0 milhões, com entrada do recurso de 400 debêntures em 15 de setembro de 2011 e 20 debêntures em 03 de outubro de 2011. Estas debêntures foram resgatadas em sua totalidade com recursos provenientes da contratação de financiamento de notas promissórias (nota 14 (b) (v)).

Em julho de 2012, a CTEEP emitiu 70.000 debêntures em série única, no montante total de R\$700,0 milhões, com entrada do recurso em 04 de julho de 2012. A amortização dos juros e do principal será no vencimento, em 02 de julho de 2014. Não foram estabelecidos indicadores financeiros para este contrato.

Todas as exigências e cláusulas restritivas (covenants) estabelecidas nos contratos estão sendo devidamente observadas e cumpridas pela Companhia e suas controladas até a presente data.

Notas Explicativas

Os vencimentos das parcelas a longo prazo estão distribuídos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011
2013	163.550	163.204	163.550	163.204
2014	892.373	177.939	892.373	177.939
2015	16.763	16.164	16.763	16.164
2016	16.763	16.163	16.763	16.163
2017	16.765	16.166	16.765	16.166
	1.106.214	389.636	1.106.214	389.636

A movimentação das debêntures é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31.12.2011	557.853	779.461
Adições	700.000	700.000
Pagamentos (principal e juros)	(32.298)	(268.578)
Juros e variações monetárias	57.927	72.599
Saldos em 30.09.2012	1.283.482	1.283.482

16 Tributos e encargos sociais a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011
Imposto de renda	65.883	38.249	66.634	38.391
Contribuição social	23.916	13.924	24.214	13.983
COFINS	8.378	7.678	9.023	7.976
PIS	1.817	1.665	1.957	1.730
Programa bolsa estudos	354	864	354	864
INSS	4.687	6.430	6.173	7.524
ISS	2.333	2.790	5.085	3.421
Outros	7.597	5.871	8.213	6.384
	114.965	77.471	121.653	80.273

17 Impostos parcelados – Lei nº 11.941 – controladora e consolidado

Devido a questões relacionadas ao modo de preenchimento, a Companhia retificou as declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTFs) referentes aos anos de 2004 a 2007, apurando um débito referente, substancialmente, às contribuições ao PIS e à COFINS. Para a quitação do débito a Companhia aderiu ao programa de parcelamento de débitos fiscais instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, pagando R\$141.162 à vista, em 30 de novembro de 2009, com benefício de redução da multa e juros no montante de R\$42.257. O saldo remanescente será pago em 180 meses a partir de novembro de 2009.

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2011, a Companhia consolidou os débitos tributários perante a Receita Federal e optou pelo parcelamento em 180 meses para cálculo das parcelas a serem pagas a partir de 30 de junho de 2011. Do total de parcelas foram deduzidas as antecipações feitas no período de 30 de novembro de 2009 a 31 de maio de 2011 e que representavam 19 parcelas já pagas. Após as deduções das antecipações foram geradas 161 parcelas para serem pagas a partir de 30 de junho 2011, no montante de R\$975, sujeitas a atualização monetária com base na SELIC acumulada contado a partir de dezembro de 2009.

Em virtude da opção de pagamento em 180 meses a Companhia gerou uma receita de redução de multa e juros no valor de R\$21.013 sobre o valor total devido, reconhecido no resultado financeiro. Esta receita para fins de imposto de renda e contribuição social não integra o resultado tributável da empresa conforme Lei 11.941/09.

A movimentação no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 é a seguinte:

Saldo em 31.12.2011	157.509
Atualização monetária sobre o débito	8.659
Pagamentos efetuados	(9.508)
Saldo em 30.09.2012	156.660
Circulante	12.965
Não circulante	143.695

18 Parcelamento ICMS – diferencial de alíquota – consolidado

Em 25 de maio de 2011, foi publicado no DOU – Diário Oficial União o Convênio ICMS 47, pelo qual o Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ autoriza a isenção do ICMS devido ao Estado de Rondônia, para as aquisições destinadas ao Complexo Madeira, Usinas Jirau e Santo Antônio e Instalações de Transmissão ligadas às Usinas (inclusive IE MADEIRA), referente:

- (a) ao ICMS sobre equipamentos importados, sem similar nacional; e
- (b) do Diferencial de Alíquota (ICMS Destino) devido ao Estado de Rondônia, referente a aquisições efetuadas em outros estados brasileiros.

Em 11 de agosto de 2011, o Governo do Estado de Rondônia publicou a Lei 2.538, regulamentando a isenção autorizada pelo Convênio ICMS 47/2011.

Dentre outras exigências, é previsto que a empresa interessada deverá celebrar Termo de Compromisso que será assinado entre a Empresa, a Coordenadoria da Receita Estadual de Rondônia e o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. Neste Termo de Compromisso deverá ser assumida a realização de Investimentos nas áreas Sociais do Estado. O valor deste investimento será negociado na celebração do Termo.

Em 26 de agosto de 2011, em julgamento de Ação proposta pelo Ministério Público de Rondônia, a Juíza da 1ª Vara da Fazenda Pública determinou a suspensão da eficácia da Lei 2.538/2011 e, por consequência, que a Secretaria de Estado de Finanças:

- (a) se abstenha de proceder à exclusão dos créditos tributários lançados de janeiro de 2008 até a presente data, especificados na planilha feita pela SEFIN constante do ofício nº. 1478/GAB/SEFIN;
- (b) suspenda a análise dos pedidos de exclusão dos créditos tributários com a finalidade prevista na Lei n. 2.538/2011;
- (c) se abstenha de fornecer certidão negativa tributária valendo-se da pretendida exclusão.

Dado o exposto, a validade da Lei está suspensa e é necessário aguardar a Decisão Final da Ação Civil Pública, após a manifestação do Governo do Estado de Rondônia e/ou da Assembleia Legislativa, para que a aplicação da mesma possa ser pleiteada.

Ressalta-se que até o julgamento poderá também ocorrer da liminar ser cassada e a Lei 2.538/2011 poderá voltar a ser aplicada.

Notas Explicativas

Diante da necessidade da IEMadeira de obter a certidão negativa, o Governo do Estado de Rondônia, através da Secretaria de Estado de Finanças Coordenadoria da Receita Estadual - SEFIN-RO, parcelou o diferencial de alíquota devido em 60 parcelas.

A constituição do saldo do passivo circulante é de R\$2.003 em 30 de setembro de 2012, correspondentes as 12 parcelas iniciais do Parcelamento, enquanto que o saldo do passivo não circulante é de R\$7.512 correspondentes as 48 parcelas finais do Parcelamento. Os saldos são proporcionais a participação da Companhia na controlada.

19 Encargos regulatórios a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (i)	57.899	50.086	58.409	50.364
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	1.779	1.834	1.779	1.834
Conta de Consumo de Combustíveis – CCC	1.219	2.592	1.219	2.592
Reserva Global de Reversão – RGR	3.507	4.050	4.853	4.917
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	1.191	1.269	1.191	1.269
Taxa de fiscalização – ANEEL	-	-	346	182
	65.595	59.831	67.797	61.158
Circulante	32.468	27.497	34.670	28.824
Não circulante	33.127	32.334	33.127	32.334

(i) A Companhia e suas controladas reconheceram passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL 300/2008 e 316/2008. Os saldos dos projetos serão liquidados quando da finalização de cada projeto.

20 Provisões

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011
Férias e encargos sociais	20.799	17.405	21.765	17.840
Participação nos Lucros e Resultados – PLR	2.122	5.419	2.122	5.419
Programa de Desligamento Voluntário – PDV	-	6	-	6
Contingências (a)	93.244	101.832	93.281	101.844
	116.165	124.662	117.168	125.109
Circulante	22.921	22.830	23.924	23.277
Não circulante	93.244	101.832	93.244	101.832

Notas Explicativas

(a) Provisão para contingências

Trimestralmente, as contingências são avaliadas e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia, como demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011
Trabalhistas (i)	82.095	87.795	82.132	87.807
Cíveis	4.623	3.347	4.623	3.347
Fiscais – IPTU (ii)	5.001	7.608	5.001	7.608
Previdenciárias – INSS (iii)	1.525	1.439	1.525	1.439
ANEEL (iv)	-	1.643	-	1.643
	93.244	101.832	93.281	101.844

(i) Trabalhistas

A Companhia assumiu a responsabilidade por certos processos judiciais, perante diferentes tribunais, advindos principalmente dos processos de cisão parcial da CESP e da EPTE. A Companhia possui depósitos judiciais trabalhistas no montante de R\$58.786 (R\$52.867 em 31 de dezembro de 2011), conforme nota 10.

(ii) Fiscais - IPTU

A Companhia efetua provisão para fazer face aos débitos junto à prefeitura de diversos municípios do Estado de São Paulo, relacionados a processos de regularização de áreas, no montante de R\$5.001.

(iii) Previdenciárias - INSS

Em 10 de agosto de 2001, a Companhia foi notificada pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS por não recolher contribuições sobre remunerações pagas aos empregados, a título de vale-refeição, lanche matinal, cesta-básica e vale transporte, relativas ao período de abril de 1999 a julho de 2001. A Administração iniciou procedimento de defesa e atualmente o valor do depósito judicial para este processo totaliza R\$1.226 (nota 10).

(iv) ANEEL

A Companhia mantinha provisão referente aos processos decorrentes dos autos de infração da ANEEL. Tendo em vista a mudança da avaliação do prognóstico de perda provável para remota para referidos processos, conforme avaliação de seus consultores jurídicos, a provisão foi revertida à rubrica contingências no resultado.

(v) Processos com perdas possíveis

A Companhia possui ações de natureza tributária, trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como perda possível, para as quais não constitui provisão, no montante estimado de R\$118.002 em 30 de setembro de 2012 (R\$119.512 em 31 de dezembro de 2011), concentradas principalmente em ações trabalhistas que totaliza R\$70.826 (R\$65.736 em 31 de dezembro de 2011).

Notas Explicativas**(vi) Movimentação das provisões para contingências:**

	Controladora					
	Trabalhista	Cível	Fiscais - IPTU	Previdenciárias - INSS	ANEEL	Total
Saldos em 31.12.2011	87.795	3.347	7.608	1.439	1.643	101.832
Constituição	5.019	2.349	-	-	-	7.368
Reversão/pagamento	(11.098)	(1.197)	(2.915)	-	(1.698)	(16.908)
Atualização	379	124	308	86	55	952
Saldos em 30.09.2012	82.095	4.623	5.001	1.525	-	93.244

	Consolidado					
	Trabalhista	Cível	Fiscais - IPTU	Previdenciárias - INSS	ANEEL	Total
Saldos em 31.12.2011	87.807	3.347	7.608	1.439	1.643	101.844
Constituição	5.044	2.349	-	-	-	7.393
Reversão/pagamento	(11.098)	(1.197)	(2.915)	-	(1.698)	(16.908)
Atualização	379	124	308	86	55	952
Saldos em 30.09.2012	82.132	4.623	5.001	1.525	-	93.281

21 Valores a pagar – Fundação CESP - controladora e consolidado

A Companhia patrocina planos de complementação e suplementação de aposentadoria e pensão e de assistência médica mantidos junto à Fundação CESP, que apresenta saldo de R\$5.989 em 30 de setembro de 2012 (R\$6.244 em 31 de dezembro de 2011), referente às parcelas mensais a pagar como contribuição ao fundo.

(a) Plano “A” - complementação de aposentadorias

Regido pela Lei Estadual 4.819/58, que se aplica aos empregados admitidos até 13 de maio de 1974, prevê benefícios de complementação de aposentadorias e pensão, licença-prêmio e salário-família. Os recursos necessários para fazer face aos encargos assumidos nesse plano são de total responsabilidade dos órgãos competentes do Governo do Estado de São Paulo, portanto, sem risco e custo adicional para a Companhia (nota 34).

(b) Plano “B” e “B1” - suplementação de aposentadorias

Os Planos “B” e “B1”, regidos pela Lei 6.435/77 e administrados pela Fundação CESP, têm por entidade patrocinadora a própria Companhia, proporcionando benefícios de suplementação de aposentadorias e pensão, cujas reservas são determinadas pelo regime financeiro de capitalização.

O chamado Plano “B” refere-se a Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS, calculado nas datas de 31 de dezembro de 1997 (CTEEP) e 31 de março de 1998 (EPTE), de acordo com o regulamento vigente, sendo o seu equilíbrio econômico-financeiro atuarial equacionado à época. O resultado técnico atuarial anual desse plano (déficit ou superávit) é de responsabilidade integral da Companhia.

Em 01 de janeiro de 1998 (CTEEP) e em 01 de abril de 1998 (EPTE), a Companhia, respectivamente, implantou o Plano “B1”, que define contribuições e responsabilidades paritárias entre a Companhia e os participantes, a fim de manter o equilíbrio econômico-financeiro atuarial do plano. Esse plano proporciona benefícios de aposentadorias e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da Previdência Social. O plano tem como característica principal o modelo misto, composto de 70% como Benefício Definido - BD e 30% como Contribuição Definida - CD. Na data da aposentadoria o Plano de Benefícios de Contribuição Definida - CD torna-se de Benefício Definido - BD.

Notas Explicativas

(c) Plano PSAP - Transmissão Paulista

Em 01 de janeiro de 2004, os planos patrocinados pela Companhia, bem como os da extinta EPTE, foram fusionados financeiramente, sendo mantidas as características individuais dos respectivos planos, constituindo-se, assim, o Plano PSAP - Transmissão Paulista.

Durante o trimestre não houve variação significativa no número de participantes dos planos e nas premissas utilizadas pela Companhia em relação ao informado na nota 20 (d), nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011.

22 Obrigações especiais

Referem-se aos recursos derivados da reserva de reversão, amortização e parcela retida na Companhia, das quotas mensais da Reserva Global de Reversão – RGR, relativas a aplicações de recursos em investimentos para expansão do serviço público de energia elétrica e amortização de empréstimos captados para a mesma finalidade, ocorridos até 31 de dezembro de 1971. Anualmente, conforme despacho ANEEL, a Companhia paga 5% sobre o valor da Reserva, à título de juros. Não está definida pelo Poder Concedente a forma de liquidação dessas obrigações.

23 Patrimônio Líquido

(a) Capital social

O capital social autorizado da Companhia em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é de R\$1.469.090, sendo R\$615.696 em ações ordinárias e R\$853.394 em ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

A composição do capital social subscrito e integralizado em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 totaliza R\$1.162.626 e está representado por ações ordinárias e preferenciais, como segue:

	<u>Quantidade de ações</u>	<u>R\$ mil</u>
ON	64.484.433	491.095
PN	88.177.132	671.531
	<u>152.661.565</u>	<u>1.162.626</u>

As ações ordinárias conferem ao titular o direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais.

As ações preferenciais não possuem direito a voto tendo, no entanto, prioridade no reembolso de capital e no recebimento de dividendos de 10% ao ano, não-cumulativos, calculados sobre o capital integralizado correspondente a essa espécie de ações.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de julho de 2012, conforme aviso aos acionistas de mesma data, foi aprovado aumento de capital social que, devido a não concretização da subscrição de no mínimo 490.175 ações ordinárias, terá o cancelamento do respectivo aumento de capital submetido a nova reunião do Conselho de Administração (nota 35).

Notas Explicativas

(b) Dividendos e juros sobre capital próprio

Em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 16 de abril de 2012, o Conselho de Administração deliberou sobre o pagamento, em 30 de abril de 2012, de dividendos referentes ao lucro de 2011, no montante de R\$31.349, correspondentes a R\$0,205349 por ação, respectivamente.

Em 2012, o Conselho de Administração deliberou sobre a distribuição de juros sobre o capital próprio e dividendos intermediários como segue:

<u>Data RCA</u>	<u>Juros sobre capital próprio</u>		<u>Dividendos intermediários</u>		<u>Pagamento</u>
	<u>Total</u>	<u>Por ação</u>	<u>Total</u>	<u>Por ação</u>	
29.03.2012	63.950	0,418900	50.332	0,329695	30.04.2012
29.06.2012	63.950	0,418900	97.050	0,635721	27.07.2012
	127.900	0,837800	147.382	0,965416	

O total de dividendos e juros sobre capital próprio pagos até 30 de setembro de 2012 é de R\$530.558 (R\$673.449 até 30.09.2011).

O estatuto social da Companhia prevê dividendos obrigatórios correspondentes a 10% do capital social, correspondente a R\$116.263, sempre que houver saldo de lucro após a constituição da reserva legal.

(c) Reservas de capital

	<u>30.09.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Subvenções para investimento – CRC (i)	1.264.084	1.264.084
Remuneração das imobilizações em curso (ii)	633.053	633.053
Doações e subvenções para investimentos	150.489	150.489
Incentivos fiscais - FINAM	6.743	6.743
Reserva Especial de Ágio na Incorporação (nota 9)	147.912	147.912
	2.202.281	2.202.281

(i) Subvenções para investimentos - CRC

A Conta de Resultados a Compensar (CRC) foi instituída pelo Decreto nº 41.019/1957 e pela Lei nº 5.655/1971 para remunerar as concessionárias de energia elétrica por certos investimentos por ela realizados. A Lei nº 8.631/1993 extinguiu a CRC e, posteriormente, a Lei nº 8.724/1993 estabeleceu que os créditos de CRC, fossem registrados no patrimônio líquido como subvenção para investimento à conta de “Reserva de Capital”.

Conforme facultado pelo CPC nº13, a Companhia optou por manter o saldo existente em 31 de dezembro de 2007 referente à CRC, bem como as demais doações e subvenções para investimentos registrados como reserva de capital no patrimônio líquido, até sua total utilização nas formas previstas na Lei das Sociedades por Ações.

(ii) Remuneração das imobilizações em curso

Trata-se de créditos resultantes da capitalização da remuneração calculada sobre os recursos de capital próprio utilizados durante a construção de ativos imobilizados, aplicada às obras em andamento e que somente pode ser utilizada para aumento de capital. A partir de 1999, a Companhia abandonou essa prática, conforme facultado pelo Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

Notas Explicativas

(d) Reservas de lucro

	<u>30.09.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Reserva legal (i)	232.525	232.525
Reserva estatutária (ii)	116.263	116.263
Reserva de lucros a realizar (iii)	26.433	31.076
Reserva de retenção de lucros (iv)	<u>762.648</u>	<u>762.648</u>
	<u>1.137.869</u>	<u>1.142.512</u>
Dividendos adicionais propostos	<u>-</u>	<u>31.349</u>
	<u>1.137.869</u>	<u>1.173.861</u>

(i) Reserva legal

Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social. Em 30 de setembro de 2012, a reserva legal já representa 20% do capital social.

(ii) Reserva estatutária

O Estatuto Social da Companhia prevê a constituição de reserva para investimento na expansão das atividades à taxa de 20% do lucro líquido do exercício, deduzido da reserva legal e dos dividendos mínimos obrigatórios, até o limite de 10% do capital social. Em 30 de setembro de 2012, a reserva estatutária já representa 10% do capital social.

(iii) Reserva de lucros a realizar

Os lucros não realizados resultam de saldo credor de correção monetária líquida de balanço até 1995.

Essa reserva é realizada na proporção da depreciação do ativo imobilizado. Os montantes realizados são transferidos para a conta de "Lucros acumulados" mensalmente.

(iv) Reserva de retenção de lucros

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, a parcela remanescente do lucro líquido das distribuições e demais destinações estatutárias foram destinadas a esta reserva para fazer jus ao atendimento ao orçamento de capital, bem como para o capital de giro da Companhia.

Notas Explicativas

(e) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado por meio do resultado atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia, com base na média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. O lucro diluído por ação é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluído nos períodos apresentados.

Para o cálculo do lucro por ação diluído pelas ações que poderão ser emitidas através da capitalização do ágio em favor do acionista controlador, a Administração da Companhia realizou estimativa para efeito de divulgação em 30 de setembro de 2012.

De acordo com o permitido na Instrução CVM nº 319, a medida em que seja realizado o benefício fiscal da reserva especial de ágio na incorporação, constante do patrimônio líquido da Companhia, este benefício poderá ser capitalizado em favor da sua controladora, sendo garantido aos demais acionistas a participação nesse aumento de capital, de forma a manter sua participação acionária na Companhia.

As ações emitidas de acordo com esta realização serão consideradas diluidoras para o cálculo do lucro por ação da Companhia, considerando a hipótese de que todas as condições para sua emissão foram atendidas. Em 30 de setembro de 2012, as condições para emissão de ações de capital social relacionadas à amortização do ágio foram atendidas.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	Trimestre findo em		Período de nove meses findo em	
	30.09.2012	30.09.2011	30.09.2012	30.09.2011
Lucro básico e diluído por ação				
Lucro líquido – R\$ mil	<u>241.330</u>	<u>344.863</u>	<u>647.607</u>	<u>751.224</u>
Média ponderada de ações				
Ordinárias	<u>64.484.433</u>	<u>63.860.513</u>	<u>64.484.433</u>	<u>63.860.513</u>
Preferenciais	<u>88.177.132</u>	<u>87.968.467</u>	<u>88.177.132</u>	<u>87.968.467</u>
	<u>152.661.565</u>	<u>151.828.980</u>	<u>152.661.565</u>	<u>151.828.980</u>
Média ponderada ajustada de ações				
Ordinárias	<u>67.479.231</u>	<u>67.113.705</u>	<u>67.080.028</u>	<u>66.939.010</u>
Preferenciais	<u>88.177.132</u>	<u>87.968.467</u>	<u>88.177.132</u>	<u>87.968.467</u>
	<u>155.656.363</u>	<u>155.082.172</u>	<u>155.257.160</u>	<u>154.907.477</u>
Lucro básico por ação	<u>1,58082</u>	<u>2,27139</u>	<u>4,24211</u>	<u>4,94783</u>
Lucro diluído por ação	<u>1,55040</u>	<u>2,22374</u>	<u>4,17119</u>	<u>4,84950</u>

Notas Explicativas**24 Receita operacional líquida****24.1 Composição da receita operacional líquida**

	Controladora			
	Trimestre findo em		Período de nove meses findo em	
	30.09.2012	30.09.2011	30.09.2012	30.09.2011
Receita bruta				
Construção (a) (nota 6)	38.070	72.140	117.561	231.667
Operação e Manutenção (a) (nota 6)	121.574	121.197	440.895	405.875
Financeira (b) (nota 6)	414.764	527.086	1.053.230	1.155.106
Aluguéis	3.781	3.541	10.803	10.105
Prestação de serviços	2.055	600	4.898	2.191
Total da receita bruta	580.244	724.564	1.627.387	1.804.944
Tributos sobre a receita				
COFINS	(23.562)	(35.345)	(65.642)	(84.875)
PIS	(5.110)	(7.668)	(14.234)	(18.212)
ISS	(104)	(31)	(245)	(111)
	(28.776)	(43.044)	(80.121)	(103.198)
Encargos regulatórios				
Conta de Consumo de Combustível – CCC	(7.386)	(9.583)	(37.688)	(32.476)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(7.415)	(6.398)	(28.863)	(20.174)
Reserva Global de Reversão – RGR	(13.278)	(12.714)	(40.590)	(38.140)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(4.586)	(4.706)	(14.272)	(13.417)
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	(4.749)	(3.007)	(15.189)	(9.356)
	(37.414)	(36.408)	(136.602)	(113.563)
	514.054	645.112	1.410.664	1.588.183

Notas Explicativas

	Consolidado			
	Trimestre findo em		Período de nove meses findo em	
	30.09.2012	30.09.2011	30.09.2012	30.09.2011
Receita bruta				
Construção (a) (nota 6)	247.195	297.171	689.104	810.300
Operação e Manutenção (a) (nota 6)	122.398	121.956	447.730	408.055
Financeira (b) (nota 6)	528.809	578.944	1.232.402	1.243.556
Aluguéis	3.781	3.541	10.803	10.105
Prestação de serviços	1.223	600	2.868	2.191
Total da receita bruta	903.406	1.002.212	2.382.907	2.474.207
Tributos sobre a receita				
COFINS	(48.555)	(56.510)	(105.624)	(135.776)
PIS	(10.536)	(12.262)	(22.915)	(29.263)
ISS	(104)	(31)	(245)	(111)
	(59.195)	(68.803)	(128.784)	(165.150)
Encargos regulatórios				
Conta de Consumo de Combustível – CCC	(7.386)	(9.583)	(37.688)	(32.476)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(7.415)	(6.398)	(28.863)	(20.174)
Reserva Global de Reversão – RGR	(13.780)	(13.099)	(41.931)	(39.080)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(4.787)	(4.789)	(14.755)	(13.652)
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	(4.749)	(3.007)	(15.189)	(9.356)
	(38.117)	(36.876)	(138.426)	(114.738)
	806.094	896.533	2.115.697	2.194.319

(a) Serviços de Construção e Operação e Manutenção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. As receitas dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pela taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros apurados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

24.2 Revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP

Em conformidade com os contratos de concessão, por intermédio da ANEEL, a cada quatro e cinco anos, após a data de assinatura dos contratos, a ANEEL procederá à revisão periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária. A receita associada ao contrato de concessão nº 143/2001, cuja periodicidade de revisão tarifária é de a cada cinco anos, não está sujeita a esta revisão.

Notas Explicativas

A revisão compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:

- da base de remuneração regulatória para RBNI;
- dos custos operacionais eficientes;
- da estrutura ótima de capital e definição da remuneração das transmissoras;
- identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário – Outras Receitas.

A última revisão tarifária ocorreu em 2010, conforme divulgado na nota explicativa 23.2, nas demonstrações financeiras do exercício de 2011.

24.3 Parcela Variável – PV e Adicional à RAP

A Resolução Normativa n.º 270 de 9 de julho de 2007, regulamenta a Parcela Variável – PV e o Adicional à RAP. A Parcela Variável é o desconto na RAP das transmissoras em função da indisponibilidade ou restrição operativa das instalações integrantes da Rede Básica. O Adicional à RAP corresponde ao valor a ser acrescentado à receita das transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. São reconhecidos como receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

24.4 Reajuste anual da receita

Em 26 de junho de 2012, foi publicada a Resolução Homologatória n.º 1.313, estabelecendo as receitas anuais permitidas da CTEEP e suas controladas, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 01 de julho de 2012 a 30 de junho de 2013.

De acordo com a citada Resolução, a RAP da CTEEP, que era de R\$2.008.277 em 01 de julho de 2011, passou para R\$2.129.886 em 01 de julho de 2012, apresentando um incremento de R\$121.609, equivalente a 6,1%. A RAP da Companhia em conjunto com suas controladas, que era de R\$2.120.592 em 01 de julho de 2011, passou para R\$2.657.278 em 01 de julho de 2012, apresentando um incremento de R\$536.686, equivalente a 25,3%, em consequência da inclusão da RAP da controlada IEMadeira com estimativa de entrada em operação no 1º trimestre de 2013 (lote D) e 2º trimestre de 2013 (lote F).

A RAP da Companhia a ser auferida em duodécimos no período de 01 de julho de 2012 até 30 de junho de 2013 apresenta a seguinte composição, na base junho de 2012:

Contrato de concessão	Rede Básica				Demais Instalações de Transmissão – DIT			Total
	Ativos existentes	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste	Ativos existentes	Novos investimentos	Parcela de ajuste	
59/2001	1.294.492	350.847	-	(44.133)	374.685	128.404	9.657	2.113.952
143/2001	-	-	16.604	(670)	-	-	-	15.934
	1.294.492	350.847	16.604	(44.803)	374.685	128.404	9.657	2.129.886

Notas Explicativas

A RAP da Companhia e suas controladas a ser auferida em duodécimos no período de 01 de julho de 2012 até 30 de junho de 2013 apresenta a seguinte composição, na base junho de 2012:

Contrato de concessão	Rede Básica				Demais Instalações de Transmissão – DIT				Total
	Ativos existentes	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste	Ativos existentes	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste	
59/2001	1.294.492	350.847	-	(44.133)	374.685	128.404	-	9.657	2.113.952
143/2001	-	-	16.604	(670)	-	-	-	-	15.934
004/2007	-	-	14.161	(594)	-	-	-	-	13.567
012/2008	-	-	6.739	418	-	-	1.016	-	8.173
015/2008	-	3.671	12.800	1.259	-	1.032	314	20	19.096
018/2008	-	-	3.292	-	-	-	40	-	3.332
026/2009	-	-	21.554	(1.355)	-	-	4.903	-	25.102
001/2008	-	-	38.253	3.640	-	-	-	-	41.893
013/2008	-	-	4.669	(2.294)	-	-	-	-	2.375
016/2008	-	-	8.216	1.649	-	-	190	-	10.055
013/2009	-	-	218.933	-	-	-	-	-	218.933
015/2009	-	-	184.866	-	-	-	-	-	184.866
	1.294.492	354.518	530.087	(42.080)	374.685	129.436	6.463	9.677	2.657.278

25 Custos dos serviços de construção e de operação e manutenção e despesas gerais e administrativas**a) Controladora**

	Trimestre findo em			
			30.09.2012	30.09.2011
	Custos	Despesas	Total	Total
Pessoal	(49.138)	(12.556)	(61.694)	(55.583)
Serviços	(47.665)	(9.854)	(57.519)	(74.619)
Depreciação (notas 12 e 13)	-	(1.216)	(1.216)	(1.570)
Materiais	(32.906)	(230)	(33.136)	(33.610)
Arrendamentos e aluguéis	(2.092)	(1.346)	(3.438)	(3.511)
Contingências	-	(2.996)	(2.996)	(1.035)
Outros	(5.691)	(4.244)	(9.935)	(10.892)
	(137.492)	(32.442)	(169.934)	(180.820)

Notas Explicativas

	Período de nove meses findo em			
			30.09.2012	30.09.2011
	Custos	Despesas	Total	Total
Pessoal	(143.269)	(35.147)	(178.416)	(151.685)
Serviços	(132.776)	(27.612)	(160.388)	(167.542)
Depreciação (notas 12 e 13)	-	(3.495)	(3.495)	(4.708)
Materiais	(79.025)	(712)	(79.737)	(145.165)
Arrendamentos e aluguéis	(6.371)	(4.175)	(10.546)	(9.875)
Contingências	-	(13.006)	(13.006)	(19.223)
Outros	(15.180)	(18.452)	(33.632)	(27.959)
	(376.621)	(102.599)	(479.220)	(526.157)

b) Consolidado

	Trimestre findo em			
			30.09.2012	30.09.2011
	Custos	Despesas	Total	Total
Pessoal	(50.917)	(13.763)	(64.680)	(56.310)
Serviços	(117.230)	(8.767)	(125.997)	(105.648)
Depreciação (notas 12 e 13)	-	(1.224)	(1.224)	(1.582)
Materiais	(138.355)	(154)	(138.509)	(210.512)
Arrendamentos e aluguéis	(2.123)	(1.815)	(3.938)	(3.531)
Contingências	-	(2.996)	(2.996)	(1.035)
Outros	(6.181)	(4.088)	(10.269)	(10.063)
	(314.806)	(32.807)	(347.613)	(388.681)

	Período de nove meses findo em			
			30.09.2012	30.09.2011
	Custos	Despesas	Total	Total
Pessoal	(147.601)	(39.088)	(186.689)	(156.253)
Serviços	(298.749)	(34.312)	(333.061)	(252.167)
Depreciação (notas 12 e 13)	-	(3.517)	(3.517)	(4.733)
Materiais	(379.162)	(846)	(380.008)	(567.740)
Arrendamentos e aluguéis	(6.444)	(4.892)	(11.336)	(9.934)
Contingências	-	(13.006)	(13.006)	(19.223)
Outros	(16.177)	(18.241)	(34.418)	(28.974)
	(848.133)	(113.902)	(962.035)	(1.039.024)

Dos custos demonstrados acima, os custos de construção da controladora totalizaram R\$106.687 em 30 de setembro de 2012 e R\$210.238 em 30 de setembro de 2011. Os custos de construção consolidados totalizaram R\$624.882 em 30 de setembro de 2012 e R\$728.258 em 30 de setembro de 2011. A respectiva receita de construção, demonstrada na nota 24.1, é calculada acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do custo do investimento. Para as subsidiárias em fase pré-operacional acrescenta-se ao valor do custo do investimento as despesas gerais administrativas e despesas financeiras. Os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção mais determinadas despesas do período de construção.

Notas Explicativas**26 Resultado financeiro**

	Controladora			
	Trimestre findo em		Período de nove meses findo em	
	30.09.2012	30.09.2011	30.09.2012	30.09.2011
Receitas				
Rendimento de aplicações financeiras	8.498	5.987	16.178	11.720
Juros ativos	77	6.494	580	8.803
Variações cambiais (CCB Internacional e <i>Commercial Paper</i>)	2.892	1.035	28.001	2.237
Ajuste MTM (mark to market) - (CCB Internacional e <i>Commercial Paper</i>)	-	488	-	-
Ajuste de operações de cobertura (<i>Swap</i> - CCB Internacional e <i>Commercial Paper</i>)	4.223	17.550	39.488	18.442
Outras	201	702	1.143	1.774
	<u>15.891</u>	<u>32.256</u>	<u>85.390</u>	<u>42.976</u>
Despesas				
Juros sobre empréstimos	(9.375)	(13.220)	(31.417)	(38.085)
Juros passivos	(2.824)	(4.401)	(9.722)	(6.977)
Encargos sobre notas promissórias	(8.887)	(15.040)	(43.403)	(25.603)
Encargos sobre debêntures	(26.130)	(17.991)	(55.223)	(51.656)
Encargos (CCB Internacional e <i>Commercial Paper</i>)	(4.005)	(1.085)	(6.431)	(1.805)
Ajuste MTM (mark to market) - (CCB Internacional e <i>Commercial Paper</i>)	(23)	-	(3.574)	(773)
Variações monetárias	(855)	(362)	(3.916)	(794)
Variações cambiais (CCB Internacional e <i>Commercial Paper</i>)	(4.284)	(19.776)	(51.197)	(20.408)
Ajuste de operações de cobertura (<i>Swap</i> - CCB Internacional e <i>Commercial Paper</i>)	(319)	(1.719)	(18.121)	(3.829)
Outras	(492)	(400)	(1.496)	(1.195)
	<u>(57.194)</u>	<u>(73.994)</u>	<u>(224.500)</u>	<u>(151.125)</u>
	<u>(41.303)</u>	<u>(41.738)</u>	<u>(139.110)</u>	<u>(108.149)</u>

Notas Explicativas

	Consolidado			
	Trimestre findo em		Período de nove meses findo em	
	30.09.2012	30.09.2011	30.09.2012	30.09.2011
Receitas				
Rendimento de aplicações financeiras	9.307	7.424	19.994	17.945
Juros ativos	77	6.494	584	8.803
Variações cambiais (CCB Internacional e <i>Commercial Paper</i>)	2.892	1.035	28.001	2.237
Ajuste MTM (mark to market) - (CCB Internacional e <i>Commercial Paper</i>)	-	488	-	-
Ajuste de operações de cobertura (<i>Swap</i> - CCB Internacional e <i>Commercial Paper</i>)	4.223	17.550	39.488	18.442
Ajuste de operações de cobertura (NDF)	3.681	9.950	4.247	9.950
Outras	728	705	2.527	1.797
	<u>20.908</u>	<u>43.646</u>	<u>94.841</u>	<u>59.174</u>
Despesas				
Juros sobre empréstimos	(24.472)	(19.970)	(75.771)	(61.189)
Juros passivos	(2.834)	(4.424)	(9.752)	(7.000)
Encargos sobre notas promissórias	(12.404)	(17.467)	(49.282)	(29.392)
Encargos sobre debêntures	(29.862)	(19.132)	(69.895)	(52.797)
Encargos (CCB Internacional e <i>Commercial Paper</i>)	(4.005)	(1.085)	(6.431)	(1.805)
Ajuste MTM (mark to market) - (CCB Internacional e <i>Commercial Paper</i>)	(23)	-	(3.574)	(773)
Variações monetárias	(855)	(362)	(3.916)	(794)
Variações cambiais (CCB Internacional e <i>Commercial Paper</i>)	(4.284)	(19.776)	(51.197)	(20.408)
Ajuste de operações de cobertura (<i>Swap</i> - CCB Internacional e <i>Commercial Paper</i>)	(319)	(1.719)	(18.121)	(3.829)
Ajuste de operações de cobertura (NDF)	(2.920)	-	(3.222)	(3.200)
Outras	(1.809)	(233)	(5.763)	(9.529)
	<u>(83.787)</u>	<u>(84.168)</u>	<u>(296.924)</u>	<u>(190.716)</u>
	<u>(62.879)</u>	<u>(40.522)</u>	<u>(202.083)</u>	<u>(131.542)</u>

As captações internacionais, no período de nove meses, apresentaram uma despesa de variação cambial líquida de R\$23.196 e encargos de R\$6.431. Em contrapartida, o ajuste de *Swap* gerou uma receita líquida de R\$21.367.

Foram realizadas duas operações para captação de recursos externos, sendo:

A operação de CCB Internacional com o Banco Itaú BBA, apresentou, no período de nove meses, despesa de variação cambial líquida de R\$9.895, encargos de R\$3.696 e no MTM (mark to market) gerou a despesa de R\$192. O ajuste de *Swap* gerou uma receita líquida de R\$9.389 para o mesmo período que mantém o custo a 103,5% do CDI.

A captação sob a Lei 4.131 junto ao Banco JP Morgan, apresentou, no período de nove meses, despesa de variação cambial líquida de R\$13.301 e encargos de R\$2.735 e no MTM (mark to market) gerou a despesa de R\$3.382. O ajuste de *Swap* obteve uma receita líquida de R\$11.978 para o mesmo período que mantém o custo a 98,3% do CDI.

Na controlada IEMadeira o ajuste positivo acumulado de *Hedge* (NDF) é de R\$4.247 e o ajuste negativo acumulado de *Hedge* (NDF) é de R\$3.222. Os saldos são proporcionais a participação da Companhia na controlada.

Notas Explicativas

27 Outras receitas (despesas) operacionais

Outras receitas (despesas) operacionais referem-se, substancialmente, à amortização do ágio incorporado da controladora (nota 9), no montante de R\$21.624. Em setembro de 2011 o montante refere-se, substancialmente, à perda na aquisição de controle da IEMG (nota 11), no montante de R\$28.490; à amortização do ágio incorporado da controladora (nota 9), no montante de R\$21.624 e à venda de terrenos ocorrida no 3º trimestre de 2011, no montante de R\$ 26.427.

28 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia provisiona mensalmente as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, obedecendo ao regime de competência.

Em virtude do Regime Tributário de Transição (RTT) a Companhia e suas controladas IEMG, IENNE, IESul, Pinheiros e Serra do Japi estão apresentando resultados para fins fiscais. Os impostos estão sendo calculados conforme o regime de lucro real, exceto para as controladas IEMG e Serra do Japi que são calculadas conforme o regime de lucro presumido.

A despesa de imposto de renda e contribuição social do exercício pode ser conciliada com o lucro contábil como segue:

	Controladora			
	Trimestre findo em		Período de nove meses findo em	
	30.09.2012	30.09.2011	30.09.2012	30.09.2011
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	356.237	473.526	878.100	979.556
Alíquotas nominais vigentes	34%	34%	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social esperada	(121.121)	(160.999)	(298.554)	(333.049)
Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças permanentes				
Juros sobre Capital Próprio	-	20.838	43.421	64.730
Perda por baixa do imobilizado	(25.230)	-	(25.230)	-
Redução de multa e juros (Benefício do REFIS)	-	-	-	7.144
Reversão da Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (nota 9)	4.757	4.757	14.272	14.272
Equivalência Patrimonial	20.408	10.171	38.180	15.372
Outros	6.279	(3.430)	(2.582)	3.199
Despesa de imposto de renda e contribuição social efetiva	(114.907)	(128.663)	(230.493)	(228.332)
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(88.477)	(73.334)	(215.262)	(190.956)
Diferido	(26.430)	(55.329)	(15.231)	(37.376)
	(114.907)	(128.663)	(230.493)	(228.332)
Alíquota efetiva	32,3%	27,2%	26,2%	23,3%

Notas Explicativas

	Consolidado			
	Trimestre findo em		Período de nove meses findo em	
	30.09.2012	30.09.2011	30.09.2012	30.09.2011
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	389.042	488.472	927.606	1.004.339
Alíquotas nominais vigentes	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social esperada	(132.274)	(166.080)	(315.386)	(341.475)
Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças permanentes				
Juros sobre Capital Próprio	-	20.838	43.421	64.730
Perda por baixa do imobilizado	(25.230)	-	(25.230)	-
Redução de multa e juros (Benefício do REFIS)	-	-	-	7.144
Reversão da Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (nota 9)	4.757	4.757	14.272	14.272
Efeito adoção lucro presumido controladas (i)	(1.244)	-	5.506	-
Outros	6.279	(3.124)	(2.582)	2.214
Despesa de imposto de renda e contribuição social efetiva	<u>(147.712)</u>	<u>(143.609)</u>	<u>(279.999)</u>	<u>(253.115)</u>
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(89.422)	(73.799)	(217.052)	(192.022)
Diferido	(58.290)	(69.810)	(62.947)	(61.093)
	<u>(147.712)</u>	<u>(143.609)</u>	<u>(279.999)</u>	<u>(253.115)</u>
Alíquota efetiva	<u>38,0%</u>	<u>29,4%</u>	<u>30,2%</u>	<u>25,2%</u>

(i) Controlada IEMG - Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A e Serra do Japi - Interligação Elétrica S.A.

A alíquota utilizada nas apurações de 2012 e 2011 é a alíquota de 34%, devida pelas pessoas jurídicas no Brasil sobre os lucros tributáveis, conforme previsto pela legislação tributária dessa jurisdição.

Notas Explicativas

A composição dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos, está apresentada a seguir:

Ativos / (Passivos)	Controladora		Consolidado	
	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011
Provisão para contingências	31.703	34.623	31.703	34.623
Contrato de concessão (ICPC 01)	(68.350)	(94.606)	(156.265)	(134.800)
Provisão para perdas (i)	-	35.924	-	35.924
Outras provisões	29.617	24.831	29.617	24.831
Imposto diferido sobre prejuízo fiscal	-	-	1.113	718
Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais (ii)	-	-	(1.113)	(718)
Instrumentos Financeiros Derivativos	(16.861)	(9.167)	(16.861)	(9.167)
Demais diferenças temporárias	6.678	6.413	6.678	6.413
Líquido	(17.213)	(1.982)	(105.128)	(42.176)
Ativo	-	-	-	-
Passivo	17.213	1.982	105.128	42.176

(i) Refere-se basicamente a provisão registrada em 31 de dezembro de 2011 no montante de R\$82.121, resultante do procedimento efetuado para atender o advento da Resolução Normativa ANEEL nº 367/2009 que estabelece o "Novo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico" a Companhia efetuou inventário físico cadastral de todos os seus ativos físicos, este trabalho resultou na identificação de sobras contábeis e físicas, que estavam em processo de reconciliação. A Administração decidiu provisionar os valores de sobra contábil identificadas e ao término do trabalho de conciliação, em 2012, o saldo da provisão foi reconhecida como perda efetiva. Para fins de IFRS este valor foi ajustado pela revisão do valor justo dos ativos financeiros, registrados no contas a receber (ativo de concessão).

(ii) As controladas IENNE e IESul possuem prejuízos fiscais acumulados. Tendo em vista que essas controladas não apresentam histórico de lucro tributável, uma vez que a operação comercial é recente, a administração decidiu por provisionar a totalidade do imposto de renda e contribuição social diferidos.

A Administração da Companhia considera que os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativo decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção das contingências e realização dos eventos que originaram as provisões para perda, no prazo médio estimado de 5 anos.

Notas Explicativas

29 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no período são como segue:

Natureza da operação	Parte relacionada	30.09.2012		31.12.2011		30.09.2012	30.09.2011
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Receita/ (Despesa)	Receita/ (Despesa)
Benefícios de curto prazo*	Pessoal-chave da administração	-	-	-	-	(4.178)	(3.866)
Dividendos (nota 23 (b))	ISA Capital	-	-	-	84.827	-	-
	IEMG	529	-	529	-	-	-
Sublocação	ISA Capital	22	-	43	-	216	202
	IEMG	5	-	7	-	58	19
	IENNE	8	-	8	-	77	68
	Pinheiros	9	-	-	-	70	50
	IESul	6	-	5	-	46	67
	Serra do Japi	15	-	15	-	159	40
Prestação de serviços	ISA Capital	10	-	-	-	90	65
	Pinheiros	46	-	30	-	416	75
	IEMadeira	135	-	3.226	-	1.457	-
	Serra do Japi	21	-	-	-	157	-
Mútuo financeiro	Pinheiros	-	-	-	-	-	543
	Serra do Japi	-	-	-	-	-	756

*Referente aos honorários da administração, conforme divulgado na demonstração do resultado da Companhia. No consolidado apresenta saldo de R\$5.359 (R\$4.826 em 30 de setembro de 2011).

A política de remuneração da Companhia não inclui benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações.

O contrato de sublocação compreende a área ocupada pela ISA Capital e pelas controladas no edifício sede da Companhia, bem como rateio das despesas condominiais e de manutenção, entre outras.

Em 2008, foi assinado contrato de prestação de serviços com a ISA Capital abrangendo, entre outros, os serviços de escrituração contábil e fiscal, apuração de impostos e processamento da folha de pagamento.

Em 2010, foi assinado contrato de mútuo financeiro com a Pinheiros no valor total de até R\$100.000, sendo utilizado no todo ou em parte pelo prazo de até 24 meses. Os encargos incidentes sobre esta operação corresponderam a taxa do CDI acrescido de 1,3%. Em 30 de setembro de 2012, não há saldos em aberto referente a este contrato.

Em 2010, foi assinado contrato de mútuo financeiro com a Serra do Japi no valor total de até R\$55.500, sendo utilizado no todo ou em parte pelo prazo de 24 meses. Os encargos incidentes sobre esta operação corresponderam a taxa do CDI acrescido de 1,3%. Em 30 de setembro de 2012, não há saldos em aberto referente a este contrato.

Em 2011, entrou em vigência o contrato em que a Companhia presta serviços de operação e manutenção das instalações da Pinheiros.

Notas Explicativas

Em 2011, entrou em vigência o contrato em que a Companhia presta serviços de Consultoria Técnica de Suporte à Gestão dos Serviços de Engenharia do Proprietário, a serem executados pela IEMadeira e/ou por empresas por ela contratadas.

Em 2012, entrou em vigência o contrato em que a Companhia presta serviços de operação e manutenção das instalações da Serra do Japi

Essas operações são realizadas em condições específicas, negociadas contratualmente entre as partes.

30 Instrumentos financeiros

(a) Identificação e valorização dos principais instrumentos financeiros

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.09.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>30.09.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Ativos financeiros				
Valor justo através do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	448.452	151.021	479.855	207.295
Instrumentos Financeiros Derivativos				
Circulante	32.154	-	34.946	1.673
Não circulante	32.203	53.736	32.203	54.195
Empréstimos e recebíveis				
Contas a Receber				
Circulante	1.293.399	1.434.110	1.432.417	1.474.794
Não circulante	3.498.528	3.423.417	6.018.704	5.335.027
Valores a receber – Secretaria da Fazenda				
Circulante	-	14.906	-	14.906
Não circulante	934.792	810.750	934.792	810.750
Créditos com controladas	245	3.291	-	-
Cauções e depósitos vinculados	67.839	61.886	67.839	61.886
Passivos financeiros				
Custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos				
Circulante	713.409	693.472	1.513.958	1.007.673
Não circulante	435.210	653.233	808.043	984.264
Debêntures				
Circulante	177.268	168.217	177.268	389.825
Não circulante	1.106.214	389.636	1.106.214	389.636
Fornecedores	41.581	48.781	67.285	83.056
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	6.969	232.156	6.969	232.156
Valor justo através do resultado				
Instrumentos Financeiros Derivativos				
Circulante	7.108	27.226	7.108	27.226
Não circulante	-	-	-	-

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. Não há instrumentos financeiros negociados em mercado ativo, sendo que esses foram valorizados conforme Nível II, como requerido pelo CPC vigente.

A Companhia celebrou em 26 de abril e 17 de outubro de 2011, contrato de Instrumentos Financeiros derivativos *Swap*, como proteção para o risco de taxa de câmbio, designado à cobertura do risco de taxa de câmbio da Contratação do Empréstimo em Moeda Estrangeira nos termos da Lei nº 4131 de 03/09/1962.

Notas Explicativas

A controlada IEMadeira celebrou em 29 de abril de 2011, contrato de instrumento financeiro derivativo (NDF), designado à cobertura de risco de taxa de câmbio para a contratação de fornecimento de cantoneiras de aço, alumínio e cabos de alumínio.

A Companhia e sua controlada IEMadeira classificam os derivativos contratados como *Hedge* de Valor Justo (*Fair Value Hedge*), segundo os parâmetros descritos na norma contábil brasileira CPC 38 e na Norma Internacional IAS 39. A Companhia adotou o “*Hedge Accounting*” para suas operações contratadas.

A gestão de instrumentos financeiros está aderente à Política de Gestão Integral de Riscos e Diretrizes de Riscos Financeiros da Companhia e suas controladas. Os resultados auferidos destas operações e a aplicação dos controles para o gerenciamento deste risco, fazem parte do monitoramento dos riscos financeiros adotado pela Companhia e suas controladas, conforme a seguir:

				Controladora
	Vencimento	Valor de referência (Notional)	Valor Justo	Valor a receber (pagar)
Posição Ativa				
Swap (IBBA) - Principal	Abril de 2013	128.266	128.266	-
Swap (JPM) - Principal	Outubro de 2013	171.114	171.114	-
Posição Passiva				
Swap (IBBA) - Principal	Abril de 2013	(128.266)	(96.112)	32.154
Swap (JPM) - Principal	Outubro de 2013	(171.114)	(138.911)	32.203
				64.357
Ativo circulante				32.154
Ativo não circulante				32.203
Posição Ativa				
Swap (IBBA) - Juros	Julho de 2012	3.919	3.919	-
Swap (JPM) - Juros	Outubro de 2012	5.637	5.637	-
Posição Passiva				
Swap (IBBA) - Juros	Julho de 2012	(3.919)	(3.439)	480
Swap (JPM) - Juros	Outubro de 2012	(5.637)	(13.225)	(7.588)
Passivo circulante				(7.108)

Notas Explicativas

Consolidado				
	Vencimento	Valor de referência (Notional)	Valor Justo	Valor a receber (pagar)
Posição Ativa				
Swap (IBBA) - Principal	Abril de 2013	128.266	128.266	-
Swap (JPM) - Principal	Outubro de 2013	171.114	171.114	-
NDF (Instituições Financeiras)	Outubro de 2012 a setembro de 2013	23.471	26.263	2.792
Posição Passiva				
Swap (IBBA) - Principal	Abril de 2013	(128.266)	(96.112)	32.154
Swap (JPM) - Principal	Outubro de 2013	(171.114)	(138.911)	32.203
NDF (Instituições Financeiras)	Outubro de 2012 a setembro de 2013	(23.471)	(23.471)	-
				67.149
Ativo circulante				34.946
Ativo não circulante				32.203
Posição Ativa				
Swap (IBBA) - Juros	Julho de 2012	3.919	3.919	-
Swap (JPM) - Juros	Outubro de 2012	5.637	5.637	-
Posição Passiva				
Swap (IBBA) - Juros	Julho de 2012	(3.919)	(3.439)	480
Swap (JPM) - Juros	Outubro de 2012	(5.637)	(13.225)	(7.588)
Passivo circulante				(7.108)

Notas Explicativas

(b) Financiamentos

O valor contábil dos empréstimos e financiamentos e das debêntures tem suas taxas atreladas à variação da TJLP, do CDI e IPCA e se aproximam do valor de mercado.

• Índice de endividamento

O índice de endividamento no final do período é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011
Empréstimos e financiamentos				
Circulante	713.409	693.472	1.513.958	1.007.673
Não circulante	435.210	653.233	808.043	984.264
Debêntures				
Circulante	177.268	168.217	177.268	389.825
Não circulante	1.106.214	389.636	1.106.214	389.636
Dívida total	2.432.101	1.904.558	3.605.483	2.771.398
Caixa e equivalentes de caixa	448.452	151.021	479.855	207.295
Dívida líquida	1.983.649	1.753.537	3.125.628	2.564.103
Patrimônio líquido	4.881.668	4.539.434	4.881.668	4.539.434
Índice de endividamento líquido	40,6%	38,6%	64,0%	56,5%

A CTEEP e suas controladas possuem contratos de empréstimos e financiamentos com *covenants* apurados com base nos índices de endividamento. As companhias estão adimplentes com todas as cláusulas e exigências dos contratos, conforme mencionados nas notas explicativas 14 e 15.

(c) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia e suas controladas podem ser assim identificados:

(i) **Risco de crédito** – A Companhia e suas controladas mantem contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a 216 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia e suas controladas mantêm contratos regulando a prestação de seus serviços nas Demais Instalações de Transmissão – DIT com 30 concessionárias e outros agentes, também com cláusula de garantia bancária.

(ii) **Risco de preço** – As receitas da Companhia e de suas controladas são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M, sendo parte das receitas sujeita à revisão periódica, a cada quatro anos (nota 24.2).

(iii) **Risco de taxas de juros** – A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação da TJLP, IPCA e do CDI (notas 14 e 15).

(iv) **Risco de taxa de câmbio** – A Companhia eliminou o risco da taxa de câmbio do seu passivo, contratando Instrumento Derivativo *Swap*, designado como *hedge* de valor justo do Contrato de Empréstimo em Moeda estrangeira (nota 14(c)). A sua controlada IEMadeira eliminou o risco de taxa de câmbio, contratando instrumento de derivativo, designado como *hedge* de valor justo. A Companhia e suas controladas não possuem contas a receber e outros ativos em moeda estrangeira. Demais exposições aos efeitos de oscilações cambiais são consideradas irrelevantes e correspondem a eventuais importações de equipamentos.

Notas Explicativas

- (v) **Risco de captação** – A Companhia e suas controladas poderão no futuro enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso adequados a seu perfil de geração de caixa e/ou a suas obrigações de reembolso de dívida.
- (vi) **Risco de seguros** – A Companhia e suas controladas contratam seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Entretanto, face às dificuldades em contratar seguradoras para cobrir eventuais danos em linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica, estas não fazem seguros contra esses riscos. Assim sendo, eventuais danos ocorridos nas linhas de transmissão poderão acarretar custos e investimentos adicionais significativos.
- (vii) **Risco de liquidez** – A principal fonte de caixa da Companhia e suas controladas é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e Demais Instalações de Transmissão – DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

(d) Análise de sensibilidade

Em conformidade com a instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, a Companhia realiza a análise de sensibilidade aos riscos de taxa de juros e câmbio. A administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos demais riscos descritos anteriormente.

Na Companhia o risco de taxa de câmbio decorre da possibilidade de perda devido elevação das taxas de câmbio, ocasionando o aumento dos saldos de passivo dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. Foram realizadas captações no mercado internacional através das emissões de CCB Internacional, em abril de 2011 no montante de US\$63,7 milhões, e *Commercial Paper* em outubro de 2011 no montante de US\$85,7 milhões (nota 14 (c)). Para assegurar que oscilações significativas na cotação da moeda estrangeira, a que está sujeito seu passivo, não afetem seu resultado e o fluxo de caixa, a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos *Swap - hedge* cambial, representando 100% do principal desses endividamentos.

Na sua controlada IEMadeira o risco decorre da possibilidade da perda devido elevação das taxas de câmbio, ocasionando o aumento dos saldos dos contratos de fornecimentos de cantoneiras de aço, alumínio e cabos de alumínio em moeda estrangeira. Para assegurar que oscilações significativas na cotação da moeda estrangeira, a que está sujeito seu passivo, não afetem seu resultado e o seu fluxo de caixa, a controlada IEMadeira possui instrumentos financeiros derivativos - *hedge* cambial, representando 100% do valor principal desse endividamento.

Para fins de definição de um cenário provável da análise de sensibilidade do risco taxa de câmbio, juros e índice de preços utilizamos as mesmas premissas estabelecidas para o planejamento econômico financeiro de longo prazo da Companhia. Essas premissas se baseiam, dentre outros aspectos, na conjuntura macroeconômica do país e opiniões de especialistas de mercado.

Dessa forma, para avaliar os efeitos da variação no fluxo de caixa da Companhia, a análise de sensibilidade, abaixo demonstrada, considera como cenário provável a cotação da taxa de câmbio e de juros em 31 de dezembro de 2012, que são informadas nos quadros de Riscos de variação cambial e Riscos de juros. Sobre essas taxas foram aplicadas as variações positivas e negativas 25% e 50%.

Notas Explicativas

Risco de Variação Cambial - Efeitos no Fluxo de Caixa - Controladora

		R\$ Mil				
Operação	Risco	Cenário Provável	Com apreciação da taxa		Com depreciação da taxa	
			Cenário II	Cenário III	Cenário II	Cenário III
Ativos e Passivos Financeiros						
CCB Internacional (Banco Itaú)	USD	130.297	162.871	195.446	97.723	65.148
Commercial Paper (JP Morgan)	USD	174.226	217.783	261.340	130.670	87.113
Swap Ponta Ativa – CCB Internacional (Banco Itaú)	USD	(130.297)	(162.871)	(195.446)	(97.723)	(65.148)
Swap Ponta Ativa – Commercial Paper (Banco JP Morgan)	USD	(174.226)	(217.783)	(261.340)	(130.670)	(87.113)
Variação		-	-	-	-	-
Referência para Ativos e Passivos Financeiros	Apreciação / (depreciação) da taxa		25%	50%	(25%)	(50%)
Taxa do Dólar USD/R\$ (dezembro de 2012)		2,00	2,50	3,00	1,50	1,00

Risco de Variação Cambial - Efeitos no Fluxo de Caixa - Consolidado

		R\$ Mil				
Operação	Risco	Cenário Provável	Com apreciação da taxa		Com depreciação da taxa	
			Cenário II	Cenário III	Cenário II	Cenário III
Ativos e Passivos Financeiros						
CCB Internacional (Banco Itaú)	USD	130.297	162.871	195.446	97.723	65.148
Commercial Paper (JP Morgan)	USD	174.226	217.783	261.340	130.670	87.113
NDF (Instituições Financeiras) ponta passiva	GBP	23.028	28.785	34.542	17.271	11.514
NDF (Instituições Financeiras) ponta passiva	USD	2.635	3.293	3.952	1.976	1.317
Swap Ponta Ativa – CCB Internacional (Banco Itaú)	USD	(130.297)	(162.871)	(195.446)	(97.723)	(65.148)
Swap Ponta Ativa – Commercial Paper (Banco JP Morgan)	USD	(174.226)	(217.783)	(261.340)	(130.670)	(87.113)
NDF (Instituições Financeiras) ponta ativa	GBP	(23.028)	(28.785)	(34.542)	(17.271)	(11.514)
NDF (Instituições Financeiras) ponta ativa	USD	(2.635)	(3.293)	(3.952)	(1.976)	(1.317)
Variação		-	-	-	-	-
Referência para Ativos e Passivos Financeiros	Apreciação / (depreciação) da taxa		25%	50%	(25%)	(50%)
Taxa do Dólar USD/R\$ (dezembro de 2012)		2,00	2,50	3,00	1,50	1,00
Taxa da Libra GBP/R\$ (dezembro de 2012)		3,14	3,92	4,71	2,35	1,57

Notas Explicativas**Risco de Juros - Efeitos no Fluxo de Caixa - Controladora**

Operação	Risco	Cenário Provável	R\$ Mil			
			Risco de Elevação dos Indexadores		Risco de Queda dos Indexadores	
			Cenário II	Cenário III	Cenário II	Cenário III
Ativos Financeiros						
Aplicações financeiras	101% CDI	8.261	10.258	12.229	6.238	4.187
Passivos financeiros						
Notas Promissórias - 6º emissão	104,9% CDI	8.145	10.112	12.052	6.152	4.131
Debêntures 1ª série	CDI+1,30%	10.801	13.020	15.211	8.552	6.274
Debêntures 2ª série	IPCA+8,10%	2.266	2.491	2.714	2.039	1.810
Debêntures Série única	105,5% CDI aa TJLP+1,80% a	28.018	31.394	34.724	24.596	21.125
FINEM BNDES (i) e (ii)	2,30%	7.754	9.118	10.468	6.377	4.986
Derivativos						
Swap IBBA e JP Morgan (Posição MTM)	98,3% a 103,5% CDI	5.665	7.035	8.387	4.277	2.871
Efeito líquido da variação		(54.388)	(62.912)	(71.327)	(45.755)	(37.010)
Referência para Ativos e Passivos Financeiros						
100% CDI (dezembro de 2012)		7,50% a.a.	9,38% a.a.	11,25% a.a.	5,63% a.a.	3,75% a.a.

Notas Explicativas

Risco de Juros - Efeitos no Fluxo de Caixa - Consolidado						
RS Mil						
Operação	Risco	Cenário Provável	Risco de Elevação dos Indexadores		Risco de Queda dos Indexadores	
			Cenário II	Cenário III	Cenário II	Cenário III
Ativos Financeiros						
Aplicações financeiras	99,5% A 101% CDI	8.712	10.819	12.899	6.578	4.415
Passivos financeiros						
Notas Promissórias - 6 ^o emissão	104,9% CDI	8.145	10.112	12.052	6.152	4.131
Notas Promissórias 2 ^a emissão IEMadeira	106,5% CDI	2.971	3.688	4.396	2.244	1.507
Notas Promissórias 3 ^a emissão IEMadeira	106,5% CDI	4.265	5.294	6.310	3.222	2.163
Debêntures 1 ^o série	CDI+1,30%	10.801	13.020	15.211	8.552	6.274
Debêntures 2 ^o série	IPCA+8,10%	2.266	2.491	2.714	2.039	1.810
Debêntures Série única	105,5% CDI aa	28.018	31.394	34.724	24.596	21.125
FINEM BNDES (i) e (ii)	TJLP+1,80% a 2,30%	7.754	9.118	10.468	6.377	4.986
Banco do Brasil	CDI+1,4%aa	136	163	191	108	80
BNDES (Controladas)	TJLP + 1,55% a 2,80% aa	12.057	13.996	15.916	10.099	8.121
Derivativos						
Swap IBBA e JP Morgan (Posição MTM)	98,3% a 103,5% CDI	5.665	7.035	8.387	4.277	2.871
Efeito líquido da variação		(73.366)	(85.492)	(97.470)	(61.088)	(48.653)
Referência para Ativos e Passivos Financeiros						
100% CDI (dezembro de 2012)		7,50% a.a.	9,38% a.a.	11,25% a.a.	5,63% a.a.	3,75% a.a.

31 Compromissos assumidos - Arrendamentos mercantis operacionais

Os principais compromissos assumidos pela Companhia e suas controladas estão relacionados às operações de arrendamento mercantil operacional de veículos e equipamentos de informática, cujos pagamentos mínimos futuros, no total e para cada um dos períodos, é apresentado a seguir:

	30.09.2012	31.12.2011
Até um ano	6.165	6.210
Mais de um ano até cinco anos	3.389	8.002
	9.554	14.212

As operações de arrendamento mercantil envolvendo a Companhia como arrendatário são operações de sublocação para com sua controladora e suas controladas, e estão divulgadas na nota 29 – transações com partes relacionadas.

Notas Explicativas

32 Seguros

A especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

			Controladora
Modalidade	Vigência	Importância Segurada - R\$ mil	Prêmio - R\$ mil
Patrimonial (a)	01/09/12 a 01/03/14	2.401.635	4.017
Responsabilidade Civil Geral (b)	01/09/12 a 01/09/13	20.000	184
Transportes Nacionais (c)	30/09/11 a 30/09/12	350.682	38
Acidentes Pessoais Coletivos (d)	01/05/12 a 01/05/13	51.236	2
Automóveis (e)	02/03/12 a 02/03/13	Valor de mercado	30
			4.271

			Consolidado
Modalidade	Vigência	Importância Segurada - R\$ mil	Prêmio - R\$ mil
Patrimonial (a)	05/10/11 a 01/03/14	2.613.957	4.381
Responsabilidade Civil Geral (b)	15/01/11 a 01/09/13	36.000	757
Transportes Nacionais (c)	30/09/11 a 15/10/12	355.932	48
Acidentes Pessoais Coletivos (d)	01/05/12 a 01/05/13	51.236	2
Automóveis (e)	02/03/12 a 02/03/13	Valor de mercado	30
			5.218

- (a) **Patrimonial** - Cobertura contra riscos de incêndio e danos elétricos para os principais equipamentos instalados nas subestações de transmissão, prédios e seus respectivos conteúdos, almoxarifados e instalações, conforme o contrato de Concessão nº 059/2001, Cláusula Quarta, Oitava Sub-Claúsula, Inciso II, Item D, onde a transmissora deverá manter apólices de seguro para garantir a cobertura adequada dos equipamentos mais importantes das instalações do sistema de transmissão, cabendo à Transmissora definir os bens e as instalações a serem segurados.
- (b) **Responsabilidade Civil Geral** - Cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Companhia.
- (c) **Transportes Nacionais** - Cobertura a danos causados aos bens e equipamentos da Companhia, transportados no território nacional.
- (d) **Acidentes Pessoais Coletivos** - Cobertura contra acidentes pessoais a executivos e aprendizes.
- (e) **Automóveis** - Cobertura contra colisão, incêndio, roubo e terceiros.

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão. Consequentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

Notas Explicativas

33 Ação de cobrança da Eletrobras contra a Eletropaulo e EPTE

Em 1989, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS ajuizou ação ordinária de cobrança contra a Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A. (atual Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. - “Eletropaulo”), referente a saldo de contrato de financiamento. A Eletropaulo discordava do critério de atualização monetária de referido contrato de financiamento e consignou em pagamento, depositando judicialmente os valores que considerava como efetivamente devidos. Em 1999, foi proferida sentença referente à ação mencionada, condenando a Eletropaulo ao pagamento do saldo apurado pela ELETROBRAS.

Nos termos do protocolo de cisão parcial da Eletropaulo, realizada em 31 de dezembro de 1997 e que implicou a constituição da EPTE e de outras empresas, as obrigações de qualquer natureza referentes a atos praticados até a data de cisão são de responsabilidade exclusiva da Eletropaulo, exceção feita às contingências passivas cujas provisões tivessem sido alocadas às incorporadoras. No caso em questão, não houve, à época da cisão parcial, a alocação à EPTE de provisão para essa finalidade, restando claro para a Administração da CTEEP e de seus assessores legais que a responsabilidade pela citada contingência era exclusivamente da Eletropaulo. Houve à época da cisão, apenas, a versão ao ativo da EPTE de depósito judicial no valor histórico de R\$4,00 constituído em 1988, pela Eletropaulo, referente ao valor que aquela empresa entendia ser devido à ELETROBRAS como saldo do citado contrato de financiamento, e a alocação no passivo da EPTE de igual valor referente a este saldo.

Em decorrência do protocolo de cisão parcial da Eletropaulo, portanto, a EPTE seria titular do ativo transferido e a Eletropaulo seria responsável pela contingência passiva referente ao valor demandado judicialmente pela ELETROBRAS. Em outubro de 2001, a ELETROBRAS promoveu execução de sentença referente ao citado contrato de financiamento, cobrando R\$429 milhões da Eletropaulo e R\$49 milhões da EPTE, entendendo que a EPTE satisfaria o pagamento desta parte com os recursos corrigidos do citado depósito judicial. A CTEEP incorporou a EPTE em 10 de novembro de 2001, sucedendo-a nas suas obrigações e direitos.

Em 26 de setembro de 2003, foi publicado acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro excluindo a Eletropaulo da execução da mencionada sentença. Em decorrência dos fatos, a ELETROBRAS protocolou, em 16 de dezembro de 2003, Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justiça e Recurso Extraordinário ao Supremo Tribunal Federal, visando manter a mencionada cobrança referente à Eletropaulo. Recursos semelhantes aos da ELETROBRAS foram interpostos pela CTEEP.

O Superior Tribunal de Justiça deu provimento, em 29 de junho de 2006, ao Recurso Especial da CTEEP, no sentido de reformar a decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que havia excluído a Eletropaulo do pólo passivo da ação de execução movida pela ELETROBRAS.

Em decorrência do referido provimento do Superior Tribunal de Justiça, em 04 de dezembro de 2006, a Eletropaulo ofertou embargos de declaração, os quais foram rejeitados, conforme acórdão publicado em 16 de abril de 2007, bem como os Recursos Especial e Extraordinário que mantiveram a decisão do Superior Tribunal de Justiça, cujo trânsito em julgado ocorreu em 30 de outubro de 2008. Diante dessas decisões entendendo descabida a Exceção de Pré-Executividade ofertada pela Eletropaulo, a ação de execução movida pela ELETROBRAS segue seu curso normal na forma originalmente proposta.

A CTEEP com o fulcro de viabilizar uma dilação probatória para apurar a efetiva responsabilidade atribuída no protocolo de cisão parcial propôs ação declaratória em face das demais partes envolvidas em conexão com a ação de execução. Nenhuma alteração substancial ocorreu no processo em trâmite, relativo a este caso.

Acerca dessa dívida e à luz dos documentos formais referentes à cisão parcial da Eletropaulo, a CTEEP, segundo o entendimento da sua Administração e de seus assessores legais, é titular apenas do depósito judicial a ela transferido como ativo constituído em 1988, devendo prosseguir na defesa desse direito. De outra parte, a Companhia não constituiu provisão para a contingência, que entende ser de responsabilidade da Eletropaulo e que dessa forma vem sendo cobrada pela ELETROBRAS.

Notas Explicativas

34 Plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei 4.819/58

O plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei Estadual 4.819/58, a qual dispunha sobre a criação do Fundo de Assistência Social do Estado, aplica-se aos empregados servidores de autarquias, sociedades anônimas em que o Estado fosse detentor da maioria das ações e dos serviços industriais de propriedade e administração estadual, admitidos até 13 de maio de 1974, e previa benefícios de complementação de aposentadorias e pensão, licença-prêmio e salário-família. Os recursos necessários para fazer face aos encargos assumidos nesse plano são de responsabilidade dos órgãos competentes do Governo do Estado de São Paulo, cuja implementação ocorreu conforme convênio firmado entre a Fazenda do Estado de São Paulo e a Companhia, em 10 de dezembro de 1999, com vigência até 31 de dezembro de 2003.

Tal procedimento foi realizado regularmente até dezembro de 2003 pela Fundação CESP, mediante recursos da Secretaria da Fazenda do Estado, repassados por meio da CTEEP. A partir de janeiro de 2004, a Secretaria da Fazenda passou a processar diretamente aqueles pagamentos, sem a interveniência da CTEEP e da Fundação CESP.

Decisão da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo foi comunicada à CTEEP, em 11 de julho de 2005 deferindo a concessão de tutela antecipada para que a Fundação CESP voltasse a processar os pagamentos de benefícios decorrentes da Lei Estadual 4.819/58, segundo o respectivo regulamento, da forma realizada até dezembro de 2003, mediante recursos repassados pela CTEEP. Para o cumprimento das decisões judiciais, a CTEEP requer mensalmente os recursos necessários à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, para efetivar o repasse à Fundação CESP, que deve processar os respectivos pagamentos aos beneficiários.

A Secretaria da Fazenda do Estado vem repassando à CTEEP, desde setembro de 2005, valor inferior ao necessário para o fiel cumprimento da citada decisão da 49ª Vara do Trabalho.

Em decorrência dos fatos acima tratados e por força da citada decisão judicial da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo, a CTEEP repassou à Fundação CESP no período de janeiro de 2005 a setembro de 2012, o valor de R\$2.172.646 para pagamento de benefícios da Lei Estadual 4.819/58, tendo recebido da Secretaria da Fazenda do Estado o valor de R\$1.426.150 para aquela finalidade. A diferença entre os valores repassados à Fundação CESP e ressarcidos pela Secretaria da Fazenda, no montante de R\$746.496 (nota 7 (c)), foi requerida pela Companhia inicialmente em processo administrativo, tendo sido proposta em dezembro de 2010 a competente ação judicial de cobrança contra a Fazenda do Estado de São Paulo. Nenhuma alteração substancial ocorreu nos processos em trâmite, relativos a este caso.

A CTEEP continua empenhada em tornar nula a citada decisão da 49ª Vara do Trabalho de modo a permitir o retorno do procedimento de pagamento direto da folha de benefícios da Lei Estadual 4.819/58 pela Secretaria da Fazenda. A CTEEP reitera também o entendimento da sua área jurídica e de seus consultores externos de que as despesas decorrentes da Lei Estadual 4.819/58 e respectivo regulamento são de responsabilidade integral da Fazenda do Estado de São Paulo e prossegue na adoção de medidas adicionais para resguardar os interesses da Companhia. Em decorrência destes fatos, a Companhia registra essa diferença como valores a receber da Fazenda do Estado (nota 7 (c)).

35 Eventos subsequentes

(a) Aumento de capital social

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de outubro de 2012 foram aprovados: a re ratificação do aumento do capital social aprovado na reunião do Conselho de Administração em 23 de julho de 2012; o cancelamento de sobras de ações não subscritas, independentemente de realização de leilão de sobras de ações não subscritas; direito de revisão da subscrição, considerando a possibilidade de homologação parcial do aumento de capital. Dessa forma, a Companhia concedeu aos seus acionistas que subscreveram ações no âmbito do Aumento de Capital, o direito de rever sua decisão em relação à subscrição das ações, total ou parcialmente, até o dia 19 de outubro de 2012.

Após o período de retratação, a Companhia apurou o resultado e informou ao mercado, em 23 de outubro de 2012, que a subscrição de pelo menos 490.175 ações ordinárias para viabilização da homologação parcial do Aumento de Capital, correspondente a um aumento de pelo menos R\$28.832, deixou de ser atingida e será realizada reunião do Conselho de Administração a respeito do cancelamento do Aumento de Capital e devolução do dinheiro referente à integralização de ações realizada (nota 23 (a)).

Notas Explicativas

(b) Empréstimos e financiamentos

Em 24 de outubro de 2012, houve liberação de R\$290,0 milhões da 3ª emissão de notas promissórias da controlada IEMadeira.

Em 24 de outubro de 2012, a controlada IEMadeira liquidou a 2ª emissão de notas promissórias.

(c) Medida Provisória 579/2012

No dia 12 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 579 (MP 579) que regulamenta a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, outorgadas antes da publicação da Lei nº 8.987, de 1995, e alcançadas pela lei 9.074 de 1995. Em 14 de setembro de 2012 foi publicado o Decreto 7.805 que regulamentou a MP 579.

De acordo com a MP 579/12, as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia, vincendas entre 2015 e 2017, tem a opção de ter o vencimento antecipado para dezembro de 2012, com prorrogação, a critério do poder concedente uma única vez pelo prazo de até 30 anos, entretanto, a prorrogação dependeria da aceitação expressa das seguintes condições pelas concessionárias: i) receita fixada conforme critérios estabelecidos pela ANEEL; e ii) submissão aos padrões de qualidade do serviço fixados pela ANEEL.

As concessões que não forem prorrogadas serão licitadas, na modalidade de leilão ou concorrência, e o cálculo do valor de indenização correspondente às parcelas de investimentos vinculados aos bens reversíveis, não amortizados ou não depreciados, utilizará como base a metodologia de valor novo de reposição (VNR).

Em caso de prorrogação, o requerimento deveria ter sido apresentado até 15 de outubro de 2012, e até 01 de novembro de 2012 o poder concedente divulgaria às concessionárias os termos dos aditivos aos contratos de concessão, e as seguintes informações para os contratos de transmissão de energia elétrica:

- Receita Anual Permita (RAP – a ser aplicada a partir de 1º de janeiro de 2013); e,
- O valor da indenização.

Conforme mencionado na Nota 1.2, a Companhia possui o contrato de concessão 059/2001, que subdivide-se em: SE (Serviço Existente) referente às instalações energizadas, segundo a citada MP até 31 de maio de 2000; e, NI (Novos Investimentos) referentes às instalações energizadas a partir daquela data. O vencimento desse contrato é 7 de julho de 2015. A Companhia e suas controladas não possuem outros contratos que se enquadram nos requerimentos da MP 579.

Em 11 de outubro de 2012, a Companhia protocolou junto a ANEEL, manifestação de interesse de eventual prorrogação da concessão, conforme estipulado no Capítulo I, Art. 2, § 2º do Decreto 7.805 de 14 de setembro de 2012.

Em 01 de novembro de 2012, o Ministério de Minas e Energia, publicou a:

(i) Portaria Interministerial No. 580, onde foram definidos os valores das indenizações referenciados a preços de outubro de 2012 para as concessões de transmissão de energia elétrica, sendo o valor de R\$2.891.290 especificamente para a CTEEP, conforme Anexo II da referida Portaria. Ficando facultado ao concessionário o recebimento da indenização, de acordo com as seguintes alternativas:

- À vista, a ser paga em até 45 dias da data de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão, atualizado pelo IPCA;
- Em parcelas mensais, a serem pagas até o vencimento do contrato de concessão vigente na data de publicação dessa Portaria, atualizadas pelo IPCA, acrescidas da remuneração pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real ao ano, a contar do primeiro dia do mês de assinatura do termo aditivo do contrato de concessão.

(ii) Portaria Interministerial No. 579, onde ficou definido o valor das RAP iniciais, na base do mês de outubro de 2012, no montante de R\$515.621 especificamente para a CTEEP, conforme Anexo da referida Portaria.

A Administração da Companhia está analisando as condições estabelecidas para a prorrogação do Contrato de Concessão 059/2001, inclusive potenciais efeitos econômico-financeiros, contábeis e tributários, a fim de subsidiar a deliberação de acionistas em Assembleia Geral Extraordinária sobre a conveniência e oportunidade da prorrogação, conforme estabelecidos pela MP 579, Decreto 7.805 e Portarias Interministeriais. A data limite, conforme cronograma estipulado pelo Poder Concedente, para a assinatura do aditivo contratual é 04 de dezembro de 2012.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

1. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DA COMPANHIA

Em atendimento ao disposto nas práticas de Governança Corporativa, apresentamos a composição acionária da Companhia, bem como dos acionistas detentores de mais de 5% das ações de cada espécie e classe do Capital Social da Companhia, de forma direta ou indireta até o nível de pessoa física.

Os principais acionistas da Companhia são como segue:

Acionistas	30.09.2012					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador						
ISA Capital do Brasil S.A	57.714.208	89,50	-	-	57.714.208	37,81
Administradores						
Diretores	-	-	-	-	-	-
Conselho de Administração	8	-	1.100	-	1.108	-
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-
	8	-	1.100	-	1.108	-
Total do Bloco de Controle	57.714.216	89,50	1.100	-	57.715.316	37,81
Ações em Circulação						
Governo do Estado de São Paulo						
Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda (i)	-	-	9.338.731	10,59	9.338.731	6,12
Governo Federal						
Centrais Elétricas Brasileiras S. A – ELETROBRÁS (ii)	6.289.661	9,75	47.495.068	53,86	53.784.729	35,23
Outros (iii)	480.556	0,75	31.342.233	35,55	31.822.789	20,85
Total das Ações em Circulação	6.770.217	10,50	88.176.032	100,00	94.946.249	62,20
Capital Total	64.484.433	100,00	88.177.132	100,00	152.661.565	100,00

Em 15 de outubro de 2012 a Vinci Equities Gestora de Recursos Ltda, na qualidade de gestora de diversos veículos e fundos de investimento, informou à Companhia que a totalidade dos Fundos passou a deter 5.800.600 ações preferenciais de emissão da Companhia, correspondentes a 6,52% desta classe de ações. Destas ações, 1.192.212 ações, correspondentes a aproximadamente 1,34, encontram-se doadas a terceiros em operações de empréstimo de ações.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

(iii) Inclui acionistas que, individualmente, são detentores de quantidade de ações em percentual inferior a 5% do capital votante.

	30.09.2011					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
Acionistas	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador						
ISA Capital do Brasil S.A	57.093.869	89,40	-	-	57.093.869	37,60
Administradores						
Diretores	-	-	-	-	-	-
Conselho de Administração	93	-	4.400	-	4.493	-
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-
	93	-	4.400	-	4.493	-
Total do Bloco de Controle	57.093.962	89,40	4.400	-	57.098.362	37,60
Ações em Circulação						
Governo do Estado de São Paulo						
Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda (i)	-	-	9.338.731	10,62	9.338.731	6,15
Governo Federal						
Centrais Elétricas Brasileiras S. A – ELETROBRAS (ii)	6.289.661	9,85	47.495.068	53,99	53.784.729	35,42
Outros (iii)	476.890	0,75	31.130.268	35,39	31.607.158	20,82
Total das Ações em Circulação	6.766.551	10,60	87.964.067	100,00	94.730.618	62,40
Capital Total	63.860.513	100,00	87.968.467	100,00	151.828.980	100,00

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

2. **Posição acionária por espécie e classe, de todo aquele que detiver mais de 5% das ações de cada espécie e classe do Capital Social da Companhia, de forma direta ou indireta até o nível de pessoa física**

30.09.2012						
Acionistas	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
ISA Capital do Brasil S. A.						
ISA Interconéxion Elétrica S.A. E.S.P. (a)	840.624.999	100,00	-	-	840.624.999	58,60
Banco HSBC	-	-	296.922.252	50,00	296.922.252	20,70
Banco Votorantim	-	-	296.922.252	50,00	296.922.252	20,70
Demais acionistas	1	-	-	-	1	-
	<u>840.625.000</u>	<u>100,00</u>	<u>593.844.504</u>	<u>100,00</u>	<u>1.434.469.504</u>	<u>100,00</u>
(a) ISA Interconéxion Elétrica S.A. E.S.P.						
Ministério de Hacienda Y Crédito Público (b)	569.472.561	51,41	-	-	569.472.561	51,41
Empresa Pública de Medellín E.S.P. (c)	112.605.547	10,17	-	-	112.605.547	10,17
Empresa Colombiana de Petróleos – ECOPETROL (d)	58.925.480	5,32	-	-	58.925.480	5,32
Demais acionistas	366.674.306	33,10	-	-	366.674.306	33,10
	<u>1.107.677.894</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.107.677.894</u>	<u>100,00</u>
(b) Ministério de Hacienda Y Crédito Público						
Público (Governo Nacional da Colômbia)	3.008.720	100,00	-	-	3.008.720	100,00
	<u>3.008.720</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.008.720</u>	<u>100,00</u>
(c) Empresa Pública de Medellín E.S.P.						
Município de Medellín	4.223.308	100,00	-	-	4.223.308	100,00
	<u>4.223.308</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.223.308</u>	<u>100,00</u>
(d) Empresa Colombiana de Petróleos – ECOPETROL						
Ministério da Hacienda Y Crédito Público	357.536.508.313	88,50	-	-	357.536.508.313	88,50
Demais acionistas	41.116.698.456	11,50	-	-	41.116.698.456	11,50
	<u>398.653.206.769</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>398.653.206.769</u>	<u>100,00</u>

(i) As Centrais Elétricas Brasileiras S.A – Eletrobrás é uma Companhia aberta com código de registro CVM nº 2437.

(ii) O acionista “Governo do Estado de São Paulo” tem suas funções atribuídas por decreto estadual de administração tributária, financeira e creditícia, controle interno do Poder Executivo e execução orçamentária. As atribuições do acionista “Governo do Estado de São Paulo” estão regulamentadas no

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

decreto nº 49.900 de 2 de julho de 1968, o qual determina sua responsabilidade político – administrativa nas áreas tributária, financeira e de controle interno do Governo do Estado de São Paulo.

Acionistas	30.09.2011					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
ISA Capital do Brasil S. A.						
ISA Interconéxion Elétrica S.A. E.S.P. (a)	840.624.995	100,00	-	-	840.624.995	58,60
Banco HSBC	-	-	296.922.252	50,00	296.922.252	20,70
Banco Votorantim	-	-	296.922.252	50,00	296.922.252	20,70
Demais acionistas	5	-	-	-	5	-
	<u>840.625.000</u>	<u>100,00</u>	<u>593.844.504</u>	<u>100,00</u>	<u>1.434.469.504</u>	<u>100,00</u>
(a) ISA Interconéxion Elétrica S.A. E.S.P.						
Ministério de Hacienda Y Crédito Público (b)	569.472.561	51,41	-	-	569.472.561	51,41
Empresa Pública de Medellín E.S.P. (c)	112.605.547	10,17	-	-	112.605.547	10,17
Empresa Colombiana de Petróleos – ECOPETROL (d)	58.925.480	5,32	-	-	58.925.480	5,32
Demais acionistas	366.674.306	33,10	-	-	366.674.306	33,10
	<u>1.107.677.894</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.107.677.894</u>	<u>100,00</u>
(b) Ministério de Hacienda Y Crédito Público						
Público (Governo Nacional da Colômbia)	3.008.720	100,00	-	-	3.008.720	100,00
	<u>3.008.720</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.008.720</u>	<u>100,00</u>
(c) Empresa Pública de Medellín E.S.P.						
Município de Medellin	4.223.308	100,00	-	-	4.223.308	100,00
	<u>4.223.308</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.223.308</u>	<u>100,00</u>
(d) Empresa Colombiana de Petróleos – ECOPETROL						
Ministério de Hacienda Y Crédito Público	2.704.846	89,90	-	-	2.704.846	89,90
Demais acionistas	303.882	10,10	-	-	303.882	10,10
	<u>3.008.728</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.008.728</u>	<u>100,00</u>

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Negativa de Opinião

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista
São Paulo – SP

Introdução

Fomos contratados para revisar as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista e empresas controladas (“CTEEP” ou “Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e as das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração da Companhia sobre as Informações Contábeis Intermediárias

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Base para abstenção de conclusão

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 35 (c), no dia 11 de setembro de 2012, foi promulgada a Medida Provisória 579 (MP 579) que regulamenta a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, outorgadas antes da publicação da Lei nº 8.987, de 1995, e alcançadas pela lei 9.074 de 1995. Em 14 de setembro de 2012, foi publicado o Decreto 7.805 que regulamenta a MP 579. De acordo com a MP 579/12, as empresas que possuem contratos de concessões de geração, transmissão e distribuição de energia, vincendas entre 2015 e 2017, têm a opção de prorrogar os prazos de concessão, a critério do poder concedente e uma única vez, pelo prazo de até 30 anos, desde que aceitem ter o vencimento antecipado de seus atuais contratos para dezembro de 2012. A referida prorrogação está vinculada à aceitação de determinadas condições estabelecidas pelo Poder Concedente, tais como: i) receita fixada conforme critérios estabelecidos; ii) submissão aos padrões de qualidade do serviço fixados pela ANEEL; e, iii) concordância com os valores estabelecidos como indenização dos ativos vinculados à concessão. Em 8 de outubro de 2012, a Companhia manifestou sua intenção preliminar favorável quanto à aceitação da prorrogação do prazo de concessão referente ao seu contrato 059/2001, cujo vencimento é de 7 de julho de 2015. Em 1º de novembro de 2012, através das Portarias Interministeriais 579 e 580, o Ministério de Minas e Energia, informou os valores da nova Receita Anual Permitida (RAP), aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013, no montante de R\$515.621 mil e o valor da indenização dos ativos no valor de R\$2.891.290 mil. Em 30 de setembro de 2012, a Companhia possuía saldo de ativo a ser indenizado, classificado no ativo circulante e não circulante na rubrica Contas a Receber (Ativos de Concessão) de R\$4.497.865 mil e RAP referente ao ciclo 2012/2013 de R\$2.113.952 mil. A administração da Companhia está analisando as condições estabelecidas para a prorrogação do prazo de concessão, bem como, os potenciais efeitos econômico-financeiros e os efeitos tributários sobre os valores da indenização e da RAP, e ainda, realizando diversos estudos e projeções internos, a fim de concluir sobre a sua ratificação ou não para a prorrogação do prazo de concessão, cuja resposta final é devida até o dia 4 de dezembro de 2012, e para reconhecer os respectivos efeitos contábeis, e as divulgações necessárias. Em decorrência da incerteza relevante na realização de parte significativa do ativo financeiro, nos demais ativos e passivos vinculados a esse contrato e os que possam depender do resultado das operações futuras, bem como, da limitação de informações disponíveis, dos estudos e da definição por parte da administração da Companhia quanto à tomada de decisão sobre a assinatura do termo aditivo para a prorrogação do contrato de concessão, e ainda, sobre a limitação das divulgações relativas a este assunto, incluídas da Nota Explicativa nº 35 (c), não nos foi possível concluir sobre a realização dos respectivos ativos, passivos e demais impactos contábeis vinculados à aceitação ou não dos termos estabelecidos pelo Ministério de Minas e Energia e ANEEL para renovação do prazo de concessão do contrato 059/2001.

Abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Devido à relevância do assunto descrito no parágrafo Base para abstenção de conclusão, não nos foi possível aplicar procedimentos de revisão suficientes para tomarmos conhecimento de que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas Informações Trimestrais - ITR acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Devido à relevância do assunto descrito no parágrafo Base para abstenção de conclusão, não nos foi possível aplicar procedimentos de revisão suficientes para tomarmos conhecimento de que as informações contábeis intermediárias incluídas nas Informações Trimestrais - ITR acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à

elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 33, a Lei 4.819/58 concedeu aos servidores das empresas sob controle do Estado de São Paulo as vantagens já concedidas aos demais servidores públicos, com destaque para a complementação de aposentadoria e concessão de pensões, e estabeleceu que as despesas decorrentes da mesma são de responsabilidade integral do Governo do Estado de São Paulo. A operacionalização dos pagamentos envolve a Fundação CESP, que prepara a folha de pagamento e o Governo do Estado de São Paulo, que repassa o valor à CTEEP (que por sua vez repassa à Fundação CESP para que efetue o pagamento ao beneficiário final). Esse tem sido o procedimento desde a criação da CESP que criou a CTEEP e, até dezembro de 2003, foi integralmente cumprido por todas as partes. A partir de 2004, o Governo do Estado de São Paulo requereu o direito de processar a folha de pagamento e efetuar o pagamento aos beneficiários diretamente. Entretanto, a Fazenda do Estado de São Paulo, diante de parecer emitido pela Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo passou a glosar parte dos benefícios pagos aos aposentados e, desde então, tem gerado o contas a receber junto ao Governo do Estado de São Paulo, conforme mencionado na nota explicativa 7.c) e 7.d), uma vez que a Companhia efetua o pagamento das parcelas glosadas para integralizar os benefícios, conforme requerido pela decisão da 49ª Vara do Trabalho. A Administração da Companhia, além de ampla e fortemente amparada por opinião de seus assessores legais e, também baseada no fato que a Fazenda do Estado de São Paulo não discute sua integral responsabilidade de prover os recursos financeiros pelos pagamentos dos benefícios relacionados à aplicação da Lei 4.819/58 por ele instituída, entende que nenhuma obrigação ou provisão para perdas em relação ao contas a receber deve ser registrada nas informações contábeis da Companhia.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Nossa abstenção de conclusão também se estende às demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, elaboradas sob a responsabilidade da administração, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA.

São Paulo, 09 de novembro de 2012.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Luiz Carlos Passetti
Contador CRC-1SP144343/O-3

Marcos Alexandre S. Pupo
Contador CRC-1SP221749/O-0

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

O Conselho Fiscal da CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias e dando cumprimento ao disposto no inciso vi do Artigo 163 da Lei no. 6.404/76, analisou as Informações Trimestrais da Companhia em 30 de setembro de 2012 e o Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes Ernst & Young Terco e com fundamento no exame realizado manifesta-se favoravelmente à divulgação das Informações Trimestrais de 30 de setembro de 2012. Com referência ao Relatório dos auditores independentes, o Conselho Fiscal não concorda com as abstenções de conclusão feitas pela Ernst & Young Terco, justificadas pela “incerteza relevante na realização de parte significativa do ativo financeiro, nos demais ativos e passivos vinculados a esse contrato e os que possam depender do resultado das operações futuras, bem como, da limitação de informações disponíveis, dos estudos e da definição por parte da administração da Companhia quanto à tomada de decisão sobre a assinatura do termo aditivo para a prorrogação do contrato de concessão, e ainda, sobre a limitação das divulgações relativas a este assunto, incluídas da Nota Explicativa nº 35 (c)”, uma vez que o Conselho entende que tais incertezas tratam-se de questões conjunturais do setor de Energia Elétrica, e que a Companhia forneceu toda informação disponível para os auditores, e que eventual limitação de dados deve-se a evolução cronológica do processo decisório.

São Paulo, 09 de novembro de 2012

Manuel Domingues de Jesus e Pinho

Antonio Luiz de Campos Gurgel

Flavio Cesar Maia Luz

Rosangela da Silva

Egídio Schoenberger

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com o Formulário de Informações Trimestrais.

São Paulo, 09 de novembro de 2012

César Augusto Ramírez Rojas
Presidente

Pío Adolfo Bárcena Villarreal
Diretor Administrativo

Reynaldo Passanezi Filho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Celso Sebastião Cerchiari
Diretor de Operações

Jorge Rodríguez Ortiz
Diretor de Empreendimentos

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e tomaram conhecimento do Relatório da Revisão Especial dos auditores independentes.

São Paulo, 09 de novembro de 2012

César Augusto Ramírez Rojas
Presidente

Pío Adolfo Bárcena Villarreal
Diretor Administrativo

Reynaldo Passanezi Filho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Celso Sebastião Cerchiarì
Diretor de Operações

Jorge Rodríguez Ortiz
Diretor de Empreendimentos